



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 21 - Nº 388 - DE 19 DE MARÇO A 08 DE ABRIL DE 2010 - R\$ 3,00

**A burguesia e seus partidos e instituições buscam arrastar as massas para as eleições**

**Contra o eleitoralismo, lutar em defesa da independência política da classe operária**

**GREVE DOS PROFESSORES - SP:**



**DERROTAR O GOVERNO NAS RUAS!**

**Governos da Europa pretendem descarregar crise sobre as massas;  
Trabalhadores gregos protestam em mais uma greve geral**

**A luta armada no Brasil (1960-1970)**

**AS POLÍTICAS DA ORM-POLOP E SUAS CISÕES**

## A luta pela independência política da classe operária

A redução da diferença entre José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff na pesquisa de intenção de votos animou Lula e os petistas. As forças que sustentarão a candidata do PT estão praticamente estabilizadas, a não ser a pendência com o PSB, com a candidatura de Ciro Gomes, mas tudo indica que é um jogo e logo será resolvido.

Lula determinou que o PT evite rupturas estaduais com o PMDB, sem o qual a candidatura de Dilma naufragará. Os resistentes estão sendo enquadrados por ultimatos da direção partidária. A questão fundamental se concentra na sucessão presidencial. Está claro, como expressou Lula, que todos os esforços têm de convergir para garantir a mais ampla aliança e a vitória. Trata-se do futuro do PT e também de seu caudilho. Caso o PSDB volte ao poder, o PT e sua burocracia sindical perderão uma estrutura político-institucional montada na máquina do Estado, que lhes asseguram o poder eleitoral sobre as massas e a influência sobre as mais poderosas frações capitalistas, de onde vem o financiamento milionário das campanhas eleitorais.

Está aí por que Lula exigiu que a direção nacional pusesse fim à retórica estatizante do programa apresentado no IV Congresso do PT e lembrou seus amigos que o PMDB no final das contas teria de concordar com os delineamentos programáticos.

A esquerda petista que se diz marxista e trotskista – para desgraça do marxismo – fez apologia com remendos estatizantes, que foram desprezados pela maioria de delegados, agentes da burocracia partidária. Cabisbaixa, enfileira-se por traz do lema: avante com Dilma. Não importa se Lula usou dois mandatos para fortalecer o grande capital, se fecha os olhos para o assassinato de sem-terra, se elevou a estatização dos sindicatos, se se curvou diante dos militares na questão dos “direitos humanos” ou se mantém no Haiti tropas a serviço do imperialismo. Importa que Lula é amigo de Hugo Chávez, recebeu Ahmadinejad, protegeu o presidente deposto de Honduras, defende o fim do bloqueio a Cuba e ampliou o assistencialismo herdado de FHC. Não importa que Lula faça um jogo, colocando-se ora como governo do grande capital, ora como assistencialista; ora aliado ao imperialismo, ora negociador não alinhado. O essencial está em que o PT conseguiu o feito inédito de pôr na Presidência um operário, bastante esperto para ganhar apoio e simpatia do grande capital.

Mas a legislação não permite um terceiro mandato. Lula então preparou seu candidato, decidiu sobre as alianças e disse como deveria ser o programa eleitoral a ser negociado com o PMDB. Tudo isso a despeito do PT e das correntes de esquerda, motivo de zombaria do caudilho, que as qualifica de vendedores de toda sorte de ideologia, como se vendem bugigangas nos bazares. É assim que funcionam os partidos da burguesia. Os caciques mandam e desmandam.

O PSDB, por seu turno, está diante de um problema: somente tem José Serra como candidato. Uma segunda derrota golpeará duramen-

te o partido. Aécio Neves, o segundo homem com força eleitoral, teve de recuar em suas pretensões. Minas Gerais está por debaixo do poder econômico de São Paulo. A cisão não é pequena, como foi demonstrada na hostil recepção de Serra pelas bases do PSDB mineiro.

O DEM vem se decompondo. Teve de mudar o nome, antes PFL. Nas últimas eleições fez um governador – José Arruda, do Distrito Federal. O homem está preso. Os caciques do DEM, que encabeçaram a campanha de moralidade contra o mensalão do PT, tiveram um de seus mais renomados quadros políticos surpreendido como chefe de quadrilha pela Polícia Federal. O PSDB, no entanto, não tem como se desfazer da companhia incômoda.

A polarização entre Dilma e Serra, pretendida por Lula, vai acontecer. E não poderá ser gentil, como se passou com FHC e Lula. Os adversários de Lula e, logo, de Dilma começaram a tirar armas do arsenal. O recém-eleito tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, está acosado pela retomada do processo referente a falcatruas na Cooperativa Habitacional do Sindicato dos Bancários de São Paulo (Bancoop). José Dirceu voltou a ocupar as páginas dos jornais como homem das jogatinas, das ambições pessoais e das malandragens.

O PT e Lula tiveram de engolir a manchete do editorial do jornal O Estado de São Paulo – “O partido da bandidagem”. E que conclui: “Mas, a cada escândalo, mais se aprende sobre a destreza com que a bandidagem petista se apossa do dinheiro alheio para chegar lá e ali se manter.” O jornal anti-PT, anti-Lula e pró-PSDB, pró-Serra, acusa com a segurança de que não haverá resposta. Por aí vai caminhar a “guerra eleitoral”.

A classe operária se encontra dispersa e controlada pela burocracia sindical, de todos os naipes. Os camponeses desorganizados seguem os chefes locais e os que estão sob o controle do MST serão chamados a votar em Dilma, ou em outro candidato considerado de “esquerda”, no caso da Marina Silva (PV) ou Plínio de Arruda Sampaio, se o PSOL o confirmar candidato.

As ilusões eleitorais foram reavivadas sob a presidência de Lula, que contou com uma situação econômica favorável e que potenciou o assistencialismo, as “ações afirmativas” e a demagogia desenvolvimentista. A tarefa revolucionária consiste em defender a independência de classe do proletariado e demais explorados, explicando a disputa interburguesa, denunciando a política pró-capitalista, combatendo a ação da burocracia sindical e defendendo a reivindicação das massas.

Coloca-se a bandeira de construir o Partido Operário Revolucionário. É necessário intensificar o trabalho de defesa da construção do partido-programa. A luta do POR contra todas as variantes da política burguesa, que inclui o reformismo petista, vem preparando o terreno da organização independente da classe operária.

## Jornal “O Trabalho” se curva perante o IV Congresso do PT

A sua edição de 25 de fevereiro estampa a pergunta: “Depois do 4º Congresso do PT, o que fazer?” A resposta deveria ser: rever suas posições de capitulação perante o reformismo, o governo burguês de Lula e a corrupção de sua burocracia partidária. Se houver alguma centelha de marxismo em algum militante do “O Trabalho”, é hora de se autocriticar e romper com os burocratas petistas que se enfeitam de trotskistas e enlameiam o nome da 4ª Internacional. Já não há como acobertar a capitulação com o argumento da tática de ajudar as massas que confiam em Lula e no PT a fazerem a experiência.

Nosso veemente repúdio à posição do “O Trabalho” se deve ao fato de tomar posição antimarxista em nome do marxismo e especialmente da 4ª Internacional.

No artigo “Depois do 4º Congresso do PT”, estampa-se a miséria política de quem está submisso e quer se mostrar altaneiro defensor de posições independentes. Começa assim: “Quando Lula encerrou o 4º Congresso do PT dizendo que ‘não tem que ter medo de tomar decisões de estatizar setores estratégicos que não estiverem funcionando’, ele se aproximou do sentimento de boa parte dos delega-

dos, hostilizados pela mídia”. Lula acaba de ter votado seu projeto de pré-sal que mantém os interesses das multinacionais e fortalece o caráter semiprivatizado da Petrobrás. Lula encaminha a privatização dos Correios. As obras do PAC estão voltadas a enriquecer o grande capital, a custa dos explorados.

Continua: “Esses delegados, como os trabalhadores e povos da América Latina, querem as riquezas privatizadas pelo imperialismo, para fazê-las ‘funcionar’ em benefício da nação.” Benefício da nação significa benefício da burguesia nacional.

Lamenta: “Mas no dia anterior, Berzoini, jogou o peso da direção para derrotar a emenda de João Moraes (coordenador da FUP) à plataforma que falava em ‘crescente nacionalização’, acrescentando a ‘retomada do monopólio estatal do petróleo’. A partícula adversativa ‘mas’ refere-se à fala de Lula considerada positiva pelo ‘O Trabalho’ e à suposta aspiração estatizante dos delegados. Onde foi parar a ‘boa parte dos delegados’ que não pôde derrotar a intervenção de Berzoini? Quem não sabia que Lula e Dilma intervieram junto à direção para que se mudasse toda formulação que desse a impressão de estatismo e de reestatização? Não foi Berzoini que jogou peso contra o adendo da FUP, mas sim Lula e Dilma.

Conclusão: “O resultado simboliza os limites da plataforma do 4º Congresso. Como reestatizar um ‘governo de coalizão’ com o PMDB?” Que limites? A plataforma eleitoral do 4º Congresso foi talhada para manter a burguesia convencida de que o PT e Dilma continuarão com a cartilha dos dois mandatos de Lula. O Congresso não aprovou nenhum plano de reestatização. A indagação sobre a reestatização e a coalizão é vazia.

## PSTU – Quem define a frente de esquerda?

Essa é a aparente questão do artigo “Quem define a frente é o programa, não a candidatura”, do “Opinião Socialista”, n. 399. Eduardo Almeida, da redação, faz uma virada na defesa da frente eleitoral com PSOL e PCB. A candidatura passou a ser secundária.

Por que a afirmação de que a candidatura não define a frente? Ocorre que o PSTU, desde que o PSOL se habilitou legalmente, empunhou a bandeira de frente de esquerda defendendo na cabeça de chapa Heloisa Helena, que, como senadora pelo PT, era conhecida por milhões de eleitores. Para as eleições presidenciais de 2010, o PSTU voltou ao argumento de que foi uma perda Heloisa Helena não aceitar ser candidata e que o PSOL fez mal em aceitar o seu “não” ultimata.

Esqueceu-se que a ex-candidata da frente de esquerda em 2006, que obteve mais de seis milhões de votos, não respeitou nenhum acordo programático e defendeu posições incompatíveis com a plataforma do PSTU. E, no segundo turno, a frente foi desfeita sem mais nem menos, com o PSOL apoiando Lula. Passou-se uma borracha em tudo isso e o PSTU voltou a pleitear uma reedição da frente com Heloisa para presidente. Mas já não era possível a façanha, porque Heloisa não aceitava e o PSOL não tinha como convencê-la ou exigir-lhe que acatasse uma definição de Congresso (o PV está de portas abertas para receber a ilustre ex-senadora).

O quadro se complicou para a tática do PSTU, que considera “socialista” a esquerda que tem voto ou que ajuda a ter voto (PSOL e PCB), distinguindo-a das demais organizações revolucionárias. Na ausência de Heloisa e na impossibilidade do PSOL apoiar o PV, que se aliou ao PSDB e DEM no Rio de Janeiro, surgiram as candidaturas de Plínio Arruda Sampaio e Martiniano Cavalcante. Se a escolha recair sobre Plínio, é possível a frente. Ocorre que o experiente militante

O artigo chega ao discurso de Dilma, cuidadosamente preparado para não deixar sombra de dúvidas sobre o continuísmo lulista, e questiona como a candidata poderia enfatizar a soberania e contraditoriamente exemplificar com o empréstimo do Brasil ao FMI, que age contra a soberania dos povos. Ora, para Dilma, soberania é o que o governo está exercendo: Lula tanto doa recursos para o FMI, quanto colabora com o imperialismo com tropas intervencionistas no Haiti.

O articulista aumenta o tom da voz: “É preciso romper com a política econômica para conquistar a soberania nacional e atender as reivindicações populares!” Mas Lula teve dois mandatos para romper a política econômica de FHC e não fez senão aperfeiçoá-la. E “O Trabalho” não fez senão apoiar o governo de Lula.

Chega ao final, do “O que fazer”?: “De nossa parte continuaremos a luta por um governo do PT” (...) “De nossa parte, combateremos nas eleições contra a volta dos privatistas e pró-imperialistas, junto na campanha de Dilma e do PT...” Tanta conversa sobre reestatização e soberania para professar solenemente a participação na campanha eleitoral do PT, para contribuir com a vitória a Dilma. O que fará seu governo? Romperá com o imperialismo? Atacará o poder das multinacionais? Limitará o domínio da capital financeiro? Será um governo burguês nacionalista? Não, Dilma seguirá os passos do governo Lula que administrou o Estado em função da preservação do capitalismo e dos interesses do grande capital. O “verdadeiro governo do PT” é o de Lula. Não haverá outro. A promessa de que “O Trabalho” continuará a defender “os pontos da plataforma hostilizados pelos privatistas” é uma máscara para encobrir a subserviência ao reformismo contra-revolucionário.

cristão não quer saber de programa socialista ou coisa que o valha.

O PSTU aguarda o desfecho que virá na conferência eleitoral do PSOL, porém está quase convencido que desta vez a frente não virá. É hora então de usar a tática da frente de esquerda apenas para atuar sobre o PSOL, que certamente terá sua crise interna agravada.

Eduardo Almeida carrega nas tintas o programa como peça chave de uma frente e não o nome do candidato. Exalta: “Um programa claramente socialista é uma das bases para a constituição da frente”. Notem a partícula adverbial “claramente”. Ou se tem esse programa ou “não haverá frente eleitoral”, afirma peremptório Almeida, sabendo que a possibilidade de frente, como o PSTU anteriormente pretendia, é quase nula. Mas há o ditado que diz “a esperança é a última que morre”. Se há um fio de cabelo atando o PSTU e PSOL ali está a esperança.

“O PSOL precisa abandonar a arrogância com que se relaciona com os outros partidos, e saber se quer realmente uma frente classista e socialista”, diz com ressentimento Almeida. O dirigente do PSTU sabe que o PSOL não pode querer uma frente classista e socialista, ou melhor, ser aquilo que não é, ou aceitar vir a ser o que não é de sua natureza de classe.

A propósito do ressentimento é preciso explicar para que não pareça um ataque gratuito de nossa parte. Nas eleições em que se constituiu a frente, o PSOL ditou todas as condições ao PSTU e este compareceu como coadjuvante de uma candidatura alheia, cuja candidata chegou a se pronunciar contra o direito ao aborto, colocando-se no campo da Igreja. Eis a contestação: “O PSOL teve uma atitude como esta nas eleições passadas, quando impôs as candidaturas a presidente e a vice, sem sequer ouvir o PSTU e o PCB.”

Lembremos que o PSTU fez campanha por uma frente com He-

loisa Helena para presidente e José Maria de Almeida para vice. O PSOL ignorou a proposta e fez o que bem entendeu nas eleições. Na realidade, não foi o PSOL que “impôs as candidaturas”, foi o PSTU que se submeteu à política do pretendido aliado. Não há razão para ressentimento, mas para se avaliar crítica e autocriticamente a política frentista, que expressa o centrismo e o desespero eleitoral.

Quem tinha o candidato com voto decidiu as condições da frente, o programa era para inglês ver. O mesmo se passa agora. O PSOL vem ignorando os chamados do PSTU. No final das contas, verá se lhe é conveniente arrastá-lo novamente para seu campo de ação. Referindo-se a arrogância do passado, Almeida alerta: “Nestas eleições, esse partido ameaça repetir essa postura, não só em relação às candidaturas, mas ao programa e outros aspectos”. (...) “Caso isso continue, o resultado será a não concretização da frente”.

Almeida escreve como quem está, nesse momento, com a faca e o queijo. O desprezo do PSOL é visível, basta ver a sequência de artigos redigidos por Almeida e por nós comentados.

Apesar de considerar o programa como a base da frente, o PSTU volta a lamentar a perda de votos que significa a não candidatura de Heloisa Helena. Mas com uma diferença: para mostrar ao PSOL que já não tem o trunfo que lhe deu a possibilidade de ditar, nas eleições de 2006, as regras da frente. Eis: “Assim, a oposição de es-

querda perdeu a única candidata com alguma influência nacional de massas, ainda que bem minoritária. E o PSOL se enfraqueceu como um todo”.

Almeida acredita que por essas considerações é momento de exigir “um diálogo de iguais”. Que no fundo está expresso na segunda condição (a primeira é o programa): “Como a chapa seria entre partidos, não se pode argumentar que o PSOL precise também acumular a candidatura à vice, como em 2006”.

### **Pela convocação de uma plenária das correntes que se reivindicam da revolução socialista**

Se o PSTU tivesse a convicção de que o ponto de partida é o programa não correria atrás do PSOL para constituir uma frente oportunista. Ao contrário de selecionar o social-democrata PSOL e o estalinista PCB para formar a frente, convocaria as correntes que se reivindicam do marxismo e da revolução a prepararem conjuntamente uma plenária para discutir e aprovar uma linha de atuação nas eleições, que permitisse lutar pela independência política da classe operária e combater os partidos da burguesia que arrastam atrás de si as massas. Por uma plenária democrática, convocada pelas organizações vinculadas às lutas dos explorados, que garanta a defesa do programa da revolução proletária.

## **O Dia Internacional da Mulher em Salvador-BA**

Como ocorre com o movimento operário em todo o país no dia do trabalhador, o Dia Internacional da Mulher - 8 de Março - tem sido mais um dia festivo do que uma data verdadeiramente de luta e de denúncia das condições de miséria, fome e exploração das mulheres trabalhadoras e do conjunto dos explorados. Quando muito, as passeatas são dirigidas por organizações reformistas e centristas e por setores ligados ao movimento feminista, restringindo, portanto, as falas e a participação dos revolucionários. Comparecem os discursos abstratos de gênero e de disputa entre homens e mulheres.

O dia 8 de março deve ser marcado por combates, luta e resistência à exploração das mulheres e homens trabalhadores pelo capitalismo. Um fato histórico que deu ensejo à aprovação do dia internacional das mulheres pela 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialista de 1910 foi a morte de 129 mulheres trabalhadoras, queimadas pelos donos de uma fábrica têxtil em Nova York, em 1857, quando defendiam melhores condições de trabalho e vida.

O movimento de mulheres lutou ao longo do século XX por reivindicações democráticas, como o fim da violência doméstica, a extensão do direito de voto, o estabelecimento de direitos sociais e o divórcio, entretanto, estas discussões vêm quase sempre carregadas com o discurso da opressão de gênero,

como se a situação de miséria, desemprego, fome, exploração e a violência não tivessem suas raízes nas relações de classe e na propriedade privada.

As organizações feministas tratam a opressão da mulher sem distinção de classes, englobando tanto as mulheres da classe dominante quanto as mulheres trabalhadoras, como se elas vivessem nas mesmas condições econômicas e sociais e como tivessem os mesmos interesses. Defendem a unidade de burguesas e trabalhadoras contra o homem em geral, negando, portanto, a luta de classes. A história tem mostrado que a redução do problema da mulher à questão do gênero não reduziu, de fato, a opressão social e econômica contra a mulher.

Para o marxismo, entretanto, a luta pelas reivindicações das mulheres trabalhadoras, como mais creches, refeitórios e lavanderias públicas, pelo acesso à saúde, educação, moradia e emprego, contra as diferenças salariais e discriminações estão ligadas indissoluvelmente à destruição da propriedade privada, a base da opressão da mulher, e a instauração do socialismo. A emancipação da mulher é parte da luta pela derrubada de toda forma de exploração do capital sobre o trabalho.

A profunda crise do capitalismo nas últimas décadas, gerando destruição de direitos e conquistas sociais, impondo privações ao proletariado e ao camponês pobre e aos es-

tudantes, tem demonstrado aos movimentos de mulheres trabalhadoras a necessidade de se unir à estratégia de destruição do capitalismo apodrecido, através da revolução proletária, e a construção do socialismo

Neste sentido, participamos da passeata das mulheres do Movimento dos Sem-Tetos de Salvador, que ocorreu no dia 07 de março, como parte das lutas de comemoração dos 100 anos da consagração do Dia Internacional da Mulher pela II internacional. As guerreiras sem-teto, como são chamadas as mulheres lutadoras do movimento, são maioria dos sem teto da Bahia, em regra negras, domésticas e exploradas pela lógica perversa do capital.

A concentração ocorreu na ocupação de Periperi, na Capital, também conhecida como cidade de plástico e saiu pelas ruas do subúrbio Ferroviário, com cartazes, bandeiras do MSTB, faixas com palavras de ordem contra a opressão da mulher. Em nossa intervenção, caracterizamos que a opressão da mulher se vincula ao problema social da classe trabalhadora e dos explorados, que se liga à luta de classe e a revolução social. A verdadeira emancipação da mulher só será possível com o socialismo. Como disse Marx, “Quem quer que conheça a história sabe que as grandes transformações sociais são impossíveis sem o fermento feminino”. VIVA O 8 DE MARÇO! VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

## Greve dos professores-SP

# Derrotar o governo nas ruas

A grande manifestação ocorrida no dia 12 de março, que tomou as principais avenidas da capital, mostrou o quanto aos professores estão descontentes com as medidas violentas do governo Serra. A greve, iniciada no dia 5 de março, numa assembleia de mais de 10 mil, sem nenhuma oposição, foi o estopim da revolta contra a prova de seleção para os contratos temporários (OFAs), a avaliação por mérito, o arrocho salarial, a farsa do concurso e contra outras barbaridades impostas ao magistério.

A greve convocada pelos sindicatos dos professores Apeoesp e CPP, Udemo (diretores de escola) e Apase (supervisores de ensino) fez parte de um acordo entre as direções, que recusaram deflagrá-la no ano passado, quando as medidas estavam sendo implementadas. Correntes de oposição à burocracia da Apeoesp, a exemplo do PSTU, que se colocaram contra a greve em 2009, se juntaram com a direção da Apeoesp em torno da proposta de assembleia no início de março com o indicativo de greve.

A derrota das posições grevistas fortaleceu a ofensiva do governo, que aplicou as provas, reprovando 70% dos contratados, e a avaliação por mérito. Depois do fato consumado, não restou senão a alternativa de convocar assembleias no período de férias. O objetivo da burocracia era pressionar o governo para classificar todos os professores, aprovados e reprovados, de acordo com as notas e tempo de serviço. O governo acenou com um acordo, mas em seguida o retirou e fez valer as duas listas: a de aprovados e a de reprovados. A indignação dos professores foi grande e, novamente, a direção recorreu à Justiça para garantir o suposto acordo. O governo cassou a liminar e as aulas foram atribuídas. Ocorre que não havia aulas nem para os aprovados. O descontentamento foi crescente.

A Udemo, CPP e Apase, que não moveram uma palha contra o governo e ficaram calados diante de tamanha violência, não tiveram outro remédio senão se juntar à Apeoesp, porque o governo não os havia recebido e nem acenado com reajuste salarial. Portanto, a unidade é de aparência, porque não há disposição por parte da Udemo de convencer os diretores a paralisarem, como não há do CPP em trabalhar pela greve entre os PEB1 e muito menos da Apase, que dirige os supervisores. A verdadeira unidade inicia com a convocação das assembleias



unificadas e com a aceitação das decisões tomadas.

Mesmo com esses problemas, a greve vem crescendo, atingiu quase todos os municípios e as assembleias têm sido gigantescas.

## Desespero de Serra

Nem bem começou a greve, o governo foi obrigado a usar a grande imprensa para dizer que o movimento não mobilizou mais do que 1% e que a greve era política. Dizia que se tratava da greve do PT. Esperou a manifestação de mais de 40 mil professores para ameaçar com o corte do ponto, a eliminação do Bônus e a avaliação por mérito. Exigiu que os diretores de escolas fossem executores das medidas anti-greve. Convocou os dirigentes de ensino para pressionarem os diretores a exercerem as punições. Obrigou os diretores a convocarem os contratados e ameaçá-los com as leis recém-criadas, que prevêm a demissão.

Embora com todo esse arsenal, Serra não conseguiu recuar o movimento. Aí está a fraqueza do governo, que tem as leis, a Justiça, a polícia, a imprensa e os capachos nas escolas. A tentativa de quebrar a greve por meio da divisão dos professores não surtiu o efeito imediato e esperado.

## Criminalização da Apeoesp

Como parte das leis antigreve, Serra já há algum tempo aplica multas à Apeoesp, com valores incalculáveis. São várias as subsedes e outras propriedades penhoradas pela Justiça.

A assembleia do dia 12 e a manifestação que ocupou a Av. Paulista foi proibida e, conseqüentemente, novas multas. Esse é um grave problema político, que vem golpeando os movimentos sociais e os sindicatos.

A defesa da Apeoesp contra a criminalização é fundamental. Retirar todas as multas, entregar os bens penhorados e exigir o direito de livre manifestação devem ser reivindicações incorporadas à luta grevista.

Dar um passo atrás, não convocar assembleias e passeatas na Paulista, como ocorreu com a proposta de realizar a manifestação do dia 19 na Praça da Sé, defendida pela burocracia da Apeoesp no Conselho de Representantes, é um erro que pode levar ao desmonte do movimento. Foi a radicalização dos professores, exigindo a Paulista, que fez com que a direção da



Apeoesp, Udem, CPP e Apase recuassem. Caso se votasse, seriam derrotados.

O governo novamente proibiu a manifestação no dia 19. Qualquer recuo, maquiado do discurso demagógico de que a greve tem de ter o apoio da população, exporá a fraqueza da direção em não defender a liberdade de manifestação e poderá comprometer o desenvolvimento da greve. Não será recuando diante da repressão e das ameaças da Justiça que a greve derrotará o governo. Pelo contrário, coloca-se a reivindicação democrática do direito de manifestação ao lado das reivindicações do movimento.

## Romper a passividade

A disposição de enfrentar o governo foi demonstrada nas assembleias e nas manifestações gigantescas. Desde o início, a Corrente Proletária ressaltou as experiências e os erros das greves passadas. Um dos problemas é a política da direção que fortalece o pacifismo, os comandos de visita para esclarecer e não para expulsar os fura-greve das escolas, o apoio moral por parte dos pais e estudantes ao invés de unidade efetiva na luta, os recursos legalistas para motivar os que resistem a entrar na greve e outras medidas inofensivas. Com isso, a greve só torna notícia quando da manifestação de rua, que ocorre na sexta-feira.

No momento do choque, que é a greve, a posição de passividade permite ao governo endurecer, dividir os professores e isolar a greve dos pais e alunos. A maioria dos grevistas só se coloca em ação quando das assembleias e das manifestações. Por isso, permanece em casa e sujeito a todas as formas de pressão, da família, da escola e das leis anti-greve. Isoladamente, o professor expressa o individualismo, o servilismo e o medo de perder o emprego e ficar sem o salário. Mas quando está junto aos demais grevistas, põe para fora o ódio e o instinto de luta. Daí a importância das manifestações diárias, que impulsionem a coesão coletiva e o combate de massa.

Fortalecer a greve depende do rompimento com a política da burocracia sindical, que rejeita as propostas de enfrentamento direto. Na reunião do Conselho de Representantes (12/3), a Corrente Proletária colocou-se contra o passividade e defendeu os bloqueios massivos centralizados, juntamente com os pais e estudantes. A proposta foi rechaçada. A burocracia apoiou os pedágios passivos, descentralizados e organizados pelas subsedes. A maioria da Oposição fez coro com a burocracia pacifista.

Reafirmamos que o pacifismo e a passividade jogam a favor do governo e são obstáculos contra a greve.

## Avançar a democracia sindical

O comando da greve e os piquetes são fundamentais na condução do movimento. A burocracia da Apeoesp considera o Conselho de Representantes como sendo o comando. Não é de hoje que as denúncias são constantes de conselheiros que não acatam as decisões de assembleia. Nas greves passadas, foram citados conselheiros fura-greve. Também foram apontados conselheiros que foram fazer a avaliação por mérito, não acatando a decisão de boicote. O Conselho é eleito a cada 18 meses e não há como submeter esse mandato ao crivo das assembleias.

A greve é expressão da luta de classe. Se o comando é frouxo ou não respeita a decisão coletiva da assembleia tem de ser substituído. Quem pode destituí-lo é quem o elegeu. Daí a importância da escolha do comando na assembleia que deliberou pela greve. Os professores escolhem, certamente, os mais aguerridos e mais comprometidos com o êxito do movimento. A confiança é essencial no momento da luta.

A Corrente Proletária apresentou como proposta, na primeira assembleia que aprovou a greve, a eleição do comando e da comissão de negociação. A burocracia ficou temerosa e se recusou a colocar em votação. Apegou-se no estatuto do sindicato que diz que o comando é o conselho e argumentou que somente em um congresso poderá se alterar o estatuto. Os professores, por sua vez, ainda não assimilaram a importância do comando eleito na base e aceitaram a posição da burocracia.

O fato de não aprovar o comando eleito na assembleia vem repercutindo nas regiões. A direção da greve nas regionais ficou a cargo dos conselheiros. Boa parte sequer comparece às reuniões e nas ações organizadas para impulsionar a greve. Muitos são eleitos, mas poucos se colocam como direção do movimento. Por outro lado, a passividade bloqueia a disposição dos grevistas assumirem a organização da greve.

A eleição do comando e da comissão é parte da democracia. A burocracia tem horror de ser controlada por representantes eleitos nas assembleias, por isso, não quer ninguém de base no comando e nem na comissão de negociação. Cabe à vanguarda defender os instrumentos da democracia sindical e rejeitar o burocratismo na condução da luta.

## A rejeição da estabilidade

Na assembleia que aprovou a greve, a Corrente Proletária defendeu a inclusão na pauta de reivindicação a estabilidade para todos os professores. Trata-se de uma exigência que unifica os contratados, os aprovados e reprovados e os que já possuem a efetivação. A burocracia sindical juntamente com a maioria da Oposição, PSTU, PSOL e outras correntes menores, combateram a estabilidade defendendo o concurso público classificatório. O governo abriu concurso, inscreveram mais de 100 mil professores para 10 mil vagas (precárias). Mesmo assim, burocracia e setores de oposição continuaram com a proposta de estabilidade somente com concurso público. Querem passar como democráticos, defendendo o desemprego de milhares.

A estabilidade é uma conquista dos explorados, quando os

patrões e governos golpeiam os trabalhadores com o desemprego e subemprego. Serra criou uma falsa estabilidade de 12 horas, com um salário abaixo do salário mínimo de fome do governo, que deve ser denunciada. A luta pela estabilidade a todos, com o salário mínimo vital, é um passo importante na luta do magistério.

Os professores devem retomar essa bandeira e lutar para que haja a garantia de emprego a todos aqueles aptos ao trabalho. O desemprego e o subemprego no magistério são enormes. A defesa do emprego a todos tornou um imperativo. A reivindicação que responde ao desemprego dos professores e demais trabalhadores é a escala móvel das horas de trabalho.

### Impulsionar o Fundo de Greve

Um dos elementos que pesa numa greve por tempo indeterminado é o receio dos descontos dos dias parados. Nas últimas greves, os descontos foram grandes. Mesmo que o grevista repusesse as aulas, não conseguia o salário de volta, pois o governo só pagava a hora-aula, sem os finais de semana. Com a greve, o medo de não conseguir pagar as contas é grande, o que afasta professores da luta. O governo aproveita a situação e joga com a greve longa para deslocar essa parcela temerosa de ficar com o holerite zerado.

A constituição do fundo de greve é essencial. Protege os grevistas para sustentar uma greve por tempo indeterminado. Permite maior agilidade dos comandos de mobilização e possibilita a divulgação do movimento.

O fundo de greve é o meio criado pelos trabalhadores para enfrentar os capitalistas. O governo e os capitalistas dispõem de todos os recursos para quebrar a greve, a exemplo da criminalização, da imprensa etc, os grevistas dependem somente de sua força para angariar recursos entre os explorados para sustentar a paralisação do trabalho.

É fundamental aprovar em todas as assembléias a constituição do fundo de greve.

### Conquistar os pais e os estudantes

Os pais, na maioria das vezes, são pegos de surpresa com a greve dos professores. Ficam assustados com a demora em resolver o problema. Muitos contam somente com as escolas para deixar seus filhos e para merendar. São chamados a apoiar a greve, mas concretamente muito pouco se tem feito para que esse apoio se materialize. Os pais ficam à mercê da pressão mentirosa do governo, que procura arregimentá-los para atuar em favor da volta ao trabalho.

Os estudantes não contam com os grêmios organizados. Por isso, grande parte se encontra despolitizada e toma a greve como alívio de ter de ir à escola. Os alunos são uma força fundamental, caso estivesse junto ao movimento grevista exigindo suas reivindicações de defesa da escola pública. Ocorre que o movimento estudantil se encontra sob a direção do PCdoB/PT e suas organizações UNE, UBES e UMES alimentam a despolitização e submetem os organismos estudantis à política governamental. No momento da greve é que vem à tona o quanto esses partidos anularam o poder de combate da juventude estudantil oprimida.

Está aí a importância de trabalhar junto com os alunos e pais, ganhando-os para a unidade com os grevistas. A partici-



pação nas assembléias e nos comandos é a forma de conquistar a unidade e romper os obstáculos criados pelas direções estalinistas e reformistas.

### A greve expõe a destruição do ensino e a tarefa de construir uma direção revolucionária

São nos momentos de greve que se desmascaram as propagandas enganosas dos governos sobre as melhorias na escola pública. Uma massa de professores sai às ruas denunciando a precarização dos contratos de trabalho, o arrocho salarial, a superlotação das salas de aula, o fechamento de escolas, o desemprego e o subemprego. Arrancam a máscara das avaliações institucionais, Saresp, Enem e outras. Põe às claras a realidade de que os alunos pouco aprendem e que os professores não têm condições de ensino. Ridicularizam as cartilhas e os projetos do governo de uma “educação de qualidade”. Evidencia a impotência da burguesia e seus governantes de solucionar esses graves problemas.

As denúncias são importantes, mas a greve tem de transformá-las em ponto de partida da luta pelas reivindicações vitais e do ensino. Ganha importância a defesa do ensino público, gratuito, laico em todos os níveis e vinculado à produção social; do emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho; da estabilidade a todos, do reajuste salarial; da implantação da escala móvel de reajuste e do salário mínimo vital. Como também os métodos mais arrojados de enfrentamento ao governo e à política de desmonte do ensino gratuito.

Por isso, a condução da greve é fundamental. Se impera a política da burocracia sindical, as denúncias e as reivindicações vão sendo amortecidas. Um mecanismo comum usado pelos burocratas é isolar a greve, colocá-la na dependência dos deputados ou submetê-la à decisão da Justiça. Esse caminho é o da derrota. Se a política revolucionária ganha força, a tendência é radicalizar o movimento para arrancar as reivindicações. O problema está na pouca penetração nas massas em luta das posições revolucionárias, o que facilita a ação da burocracia.

Está aí por que é imprescindível o programa e a política da classe operária no interior do movimento dos professores. Tarefa que cabe à vanguarda que trabalha para pôr em pé o partido revolucionário.

## **Fortaleza-CE:**

*A Corrente Proletária na Educação, vinculada ao POR, faz a campanha pelo salário e emprego para os professores da rede pública do Ceará. Eis os principais pontos de sua defesa:*

**Nada de aceitar o piso do governo (R\$ 1.024,00) ou o da CNTE (R\$ 1.312,00)!**

# **Lutemos por um piso salarial de R\$ 3.500,00**

A diretoria dos sindicatos Apeoc e Sindiute, ligadas ao PT, há muito são defensoras do rebaixado piso salarial nacional, fruto de um acordo entre a CNTE e o Governo Lula. A princípio, o valor do piso foi definido como sendo de R\$ 950,00 com reajuste anual pelo custo-aluno. Hoje, passados dois anos da aprovação da lei, os professores têm percebido o engodo em que foram envolvidos pelas direções sindicais. O governo diz que o reajuste do piso, em 2009, pelo custo-aluno não tem validade e que para 2010 será pelo INPC. A AGU (Advocacia Geral da União) tem parecer de que o Piso seja reajustado em míseros 7,86% passado de R\$ 950 para 1.024,67. A CNTE, governista e traidora, por sua vez, defende o reajuste pelo custo aluno e neste cálculo o valor do piso passaria para R\$ 1.312,85. Esta Confederação tem corrido atrás do governo Lula, que ataca o piso, pedindo que este aceite este últi-

mo valor.

No Ceará as direções do Sindiute e Apeoc têm chamado os professores a defenderem o piso de R\$ 1.312. A Corrente Proletária/POR, oposição às atuais direção do Sindiute e Apeoc, tem, ao contrário, chamado a atenção dos professores para que rechacem este rebaixado piso e defendam o valor de R\$ 3.500,00 para o piso salarial. Atualmente, várias categorias têm se mobilizado em escala nacional por pisos salariais bem superiores ao defendido pela CNTE. Veja a tabela no final deste boletim.

**Que os professores calculem em suas assembleias o valor do piso salarial e aprove um calendário de lutas!**

O professorado pode e deve contrapor-se ao arrocho salarial aprovando em suas assembleia um piso salarial digno e exigir que suas direções sindicais en-

campem a luta por ele. Em nossos cálculos este piso deveria ser de, no mínimo, R\$ 3.500,00 para início de carreira. Mas para que seja arrancado é preciso articular a luta nacional e unificada do magistério contra os governos Cid, Lula e Luizianne, inimigos declarados da educação.

A luta salarial, porém, deve convergir para a luta mais geral contra o capitalismo, sistema de exploração do trabalho que gera fome e miséria para milhões e lucros fabulosos para banqueiros, latifundiários e industriais.

Por um Piso Salarial de R\$ 3.500,00 e redução da jornada para haja emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho)!

Oposição revolucionária aos governos Cid (PSB), Lula (PT) e Luizianne (PT)!

Abaixo o capitalismo! Pela Revolução Proletária e o Socialismo!

## **Movimento Estudantil Paraná**

# **Aliança operário estudantil ou aparelhamento?**

O movimento estudantil da UEL/Paraná encontra-se numa situação de profunda desorganização. O motivo principal é a política irresponsável e aparelhista do PSTU e PSOL que dirigiram a diretoria do DCE na gestão que concluiu em 2008.

O PSTU passou todo o seu mandato de costas aos estudantes da UEL, "construindo" o CONLUTE burocraticamente, ou seja, sem que os estudantes da base da UEL soubessem sequer o que era a CONLUTE. Desprezaram a organização do Congresso de estudantes que havia sido aprovada por assembleias desde 2007 contra a vontade dessa diretoria e quando, no final do ano, correram para realizá-la, já era tarde, o que fez com que fracassasse.

De maneira irresponsável tampouco encaminharam a realização de eleições para nova diretoria, provocando um vazio político-organizativo no começo do ano de 2009. Diante disso, a assembleia

de estudantes elegeu uma diretoria provisória para encaminhar a realização de eleições.

Na eleição, a chapa desse grupo foi derrotada, ficando em último lugar. A vitória da chapa apoiada pela Corrente Proletária foi questionada pela comissão eleitoral e alguns outros estudantes e, numa confusa assembleia, a eleição toda foi cancelada. A comissão provisória ficou encarregada de encaminhar outro processo eleitoral. Durante a assembleia que deliberou pelo cancelamento, nem o PSTU nem o PSOL se colocaram em defesa da validade do processo eleitoral, simplesmente silenciaram.

Posteriormente, ao invés de apoiar a realização do processo eleitoral, juntaram-se novamente para depor a comissão provisória e tomar o lugar dela constituindo-se na comissão provisória.

*O que se deve esperar?*

A justificativa que frequentemente PSTU e PSOL utilizam para sua política

aparelhista é que é necessário vincular a luta estudantil às lutas gerais, o que é correto. Entretanto, esta vinculação, para eles, não passa de subordinar o ME às necessidades eleitoreiras dos aparelhos sindicais ou estudantis. A tal vinculação que eles fazem resulta numa política contrária aos interesses dos estudantes, pois ficam subordinados ao calendário mediante o qual a burguesia monta o seu governo mediante as eleições. Além disso, espalham ilusões de que, se eleitos os seus candidatos, farão reformas favoráveis aos estudantes e trabalhadores.

Ao contrário, a Corrente Proletária/POR entende que o movimento estudantil só pode de fato representar os interesses coletivos genuínos dos estudantes e defender o fim da opressão sobre as massas se colocando sob a direção da política do proletariado, isto é, defendendo a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Esta



perspectiva rechaça como utópica toda ilusão reformista subjacente à política eleitoral do PSTU/PSOL e coloca toda sua energia na potenciação do movimento baseado nas reivindicações imediatas que se choquem com a ordem capitalista: acesso à educação a todos os jovens, estatização de todo o

sistema educacional, sistema único de ensino público, gratuito e vinculado à produção social, autonomia da universidade perante o poder executivo, assembleia geral universitária e poder estudantil.

Por isso, o movimento estudantil só pode esperar do PSTU/PSOL a con-

tinuidade de sua política aparelhista e eleitoreira. Já a retomada de sua organização e transformação em instrumento de luta dos estudantes passa necessariamente pela estruturação de uma corrente proletária organizada sobre a sólida base do marxismo e da política do proletariado.

## Rondônia

# Duas greves na educação em Rondônia

### Professores do Estado Greve dos trabalhadores em educação

Os trabalhadores em educação da rede pública do estado de Rondônia deflagraram a greve no dia 11 de março. Na pauta de reivindicações está a luta pela reposição salarial. As perdas salariais impostas pelo governo Cassol, desde seu primeiro mandato, são de mais de 20%, de acordo com os cálculos da burocracia do sindicato.

Após a deflagração da greve, no dia seguinte, Cassol apresentou uma proposta de 4,5% e 200 Reais de gratificação para professores que estão em sala de aula. O objetivo era quebrar a greve e, por isso, também ameaçou com a retirada da gratificação miserável. Mesmo assim, a greve continuou.

Nas manifestações de rua, o governo aciona o aparato repressor. Na manifestação em frente ao Tribunal de Contas, mandou a tropa de choque, temendo que os manifestantes ocupassem o prédio, que estava acontecendo um encontro de governadores da região Norte.

O movimento grevista já conta com adesão de 80% em todo estado. Mas a burocracia do Sintero, acuada com as ameaças do governador, lançou uma contraproposta de 400 Reais e está aguardando a resposta do governador.



Os trabalhadores em educação devem rejeitar qualquer proposta de gratificação e criticar a posição dos burocratas do sindicato. É possível derrotar o governo, mas para isso é necessário a coesão da classe e o firme propósito de ganhar as ruas da capital em manifestações quase que diárias. Por outro, o comando de greve é um elemento fundamental, por isso deve contar com os grevistas para trazer para o movimento aqueles trabalhadores que estão receosos com as ameaças do governo.

O governo tem usado a imprensa para combater a greve. O que mostra que está sendo atingido. Os trabalhadores da educação têm uma poderosa força social para enfrentar o governo e conquistar as reivindicações. A burocracia tentará negociar migalhas. Os grevistas devem estar de olho nas manobras e mobilizados para combater qualquer desmonte do movimento.

### Universidade

O dia 22 de fevereiro estava previsto para iniciar o ano letivo na Universidade Federal de Rondônia. Mas os alunos do curso de Pedagogia, Campus de Rolim de Moura, se mobilizaram em defesa de suas reivindicações. A greve durou duas semanas. Faltou unidade dos professores com os estudantes. A reivindicação central da greve é a melhoria das condições de funcionamento no Campus.

No ano passado, o Ministério Público Federal tinha sido acionado pelos estudantes no sentido de agilizar as melhorias no Campus. Entre elas, o atendimento do Restaurante e da Moradia estudantil. O ano iniciou e as exigências não foram cumpridas. A experiência mostrou que recorrer ao Ministério Público é um desvio que não deve se repetir.

No documento de reivindicações, a comissão de mobilização dos alunos colocou em votação nas assembleias os seguintes pontos: banheiros colocados em condições de uso; viabilizar a chegada de água nos banheiros para a limpeza; manter o atendimento de água potável; fornecimento de energia suficiente para atender à carga que os aparelhos de ar condicionado requer em todas as salas em funcionamento; material de limpeza suficiente para manter a higiene no Campus; funcionamento dos banheiros dos professores, que estão interditados há meses; melhoria nas ruas do Campus, evitando incômodos com a lama; funcionamento da biblioteca; instalação de laboratórios em condições de uso.

Apesar da pressão do reitor, Januário-PT, do diretor do Campus, professor Elvino, e seus aliados e dos alunos dos cursos de engenharia Florestal e agronomia, a greve terminou com pequenas vitórias, a exemplo de um bebedouro.



**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Protesto na reitoria da UFRN termina com a capitulação do PSTU frente ao reitor

O ano letivo inicia na UFRN com o restaurante universitário (RU) fechado. A desculpa dada pela Reitoria é que o restaurante precisa ser ampliado para suportar o grande contingente de estudantes que estão ingressando na universidade por causa do Reuni. Não existe previsão para conclusão da obra.

No dia 04 de março, os estudantes realizaram um protesto no pátio da reitoria reivindicando a abertura do RU. O protesto começou por volta das 11h e contou com a participação de mais de 200 estudantes.

O PSTU, que influencia a direção do Centro Acadêmico de Serviço Social, trabalhou para desviar o foco da luta: defendeu “soluções alternativas” ao fechamento do RU, como a abertura das cantinas para servir os estudantes, redução do preço da alimentação no RU e comissões de negociação. Em que se baseia o PSTU para defender essas bandeiras? De acordo com suas lideranças, essas bandeiras são as “reivindicações transitórias” dos estudantes. Assim, banalizam o Programa de Transição.

Os estudantes não estão protestando para reivindicar “soluções alternativas”, o que querem é a abertura imediata do RU, porque são atingidos diretamente pela necessidade de se alimentar. Esse tipo de debate não é travado pelos estudantes. Expressa a predominância da conciliação com a burocracia universitária em detrimento da luta dos estudantes. O resultado das soluções alternativas do PSTU é transformar um ato festivo, distracionista e sem objetividade na conquista da

reivindicação de abertura imediata do RU!! Portanto, é uma política que leva à convivência com o Reuni. Buscar uma “alternativa” expressa a aceitação do fato de que o RU precisava ser fechado, além disso, finda colocando um freio na luta dos estudantes.

Outra polêmica foi com relação ao preço da taxa de alimentação, que segundo o PSTU, lutar pela redução faz parte das “reivindicações transitórias”. Na verdade essa reivindicação não serve nem para fazer propaganda. Na maior parte dos restaurantes universitários a refeição custa menos de R\$ 2,00 e nos restaurantes populares do Estado custa R\$ 1,00. É nisso que o PSTU se baseia para defender a redução.

O que está colocado é exigir o fim de qualquer tarifa. Pela gratuidade da alimentação

Um protesto que poderia ter resultado numa ocupação da Reitoria terminou com o PSTU defendendo o direito de voz ao Reitor, no meio de uma manifestação. Ou seja, na luta dos que estudam e trabalham contra a burocracia, o PSTU forneceu voz para o chefe da burocracia defender o fechamento do RU. Na luta de massa dos trabalhadores não se fornece a voz à burguesia ou a seus representantes. Pois ela tem os meios de comunicação e todo o aparato do Estado para defender suas idéias, possibilitar mais um e, inclusive, no espaço próprio dos trabalhadores é um método completamente estranho ao movimento de massas.

PELA REABERTURA IMEDIATA DO RU PARA TODOS  
NENHUMA TAXA! PELA GRATUIDADE DA REFEIÇÃO

## Formação

# A luta armada no Brasil (1960-1970) – A política da ORM-Polop e suas cisões

*No Massas 387, fizemos a descrição do nascimento da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) em 1961, analisamos suas posições foquistas e demonstramos as divergências que levaram a constituir duas cisões – Comando de Libertação Nacional (Colina) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Utilizamos das definições de luta armada que comparecem no documento “Programa Socialista do Brasil”, de 1967, mas não discutimos o sentido geral, bem como não examinamos os escritos do Colina e da VPR. É o que faremos neste número do Massas.*

## ORM-POLOP – foquismo e governo dos trabalhadores

É preciso reconhecer que a jovem organização se posicionava contra antigas caracterizações do país e teses programáticas do PCB, que exaltavam o nacionalismo burguês de revolucionário e a burguesia nacionalista de progressista, de forma a apoiá-los. A ORM rechaça a revolução democrático-burguesa como etapa prévia da revolução socialista, em que na primeira o proletariado apóia a burguesia “progressista” (antiimperialista e antilatifundiária) e na segunda se constitui como força hegemônica transformadora.

Essa ficção estalinista havia se mostrado absurda para a organização nascente, que reconhecia o processo industrializante sob a forma monopolista e domínio do imperialismo, principalmente a partir da década de 1950. Constituíam um absurdo a caracterização do Brasil como semifeudal, dominado pela economia agro-exportadora e, portanto, imaturo para a revolução socialista.

Para a ORM-POLOP, não se poderia desconhecer o “parque industrial moderno”, os vigorosos comércio e transportes e a acelerada penetração capitalista no campo. Eis a síntese: “O modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base em que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial, agrária e financeira.” O documento faz inúmeras demonstrações econômicas e comprovações sobre o desenvolvimento de um poderoso proletariado, força motriz das transformações ao lado das massas camponesas. A conclusão: “O processo revolucionário que subverterá as estruturas do país, organizando-as de acordo com as necessidades históricas, é a de uma revolução socialista.” E deixa clara a concepção: “Revolução significa que o poder passa de uma classe para outra. Quando o proletariado toma o poder, trata-se de uma revolução socialista, pois o proletariado no poder não pode fazer outra coisa do que instaurar

o regime socialista”.

Essa formulação se baseia em aspectos do desenvolvimento histórico, econômico e social. Destaca-se a consideração do bloqueio sofrido pelo país pelo colonialismo e pelo imperialismo. Explica: “Os entraves que o capitalismo no Brasil encontra hoje pela frente foram produzidos pelas condições históricas em que se formou o sistema. A herança colonial e agrária, que a burguesia não pode destruir radicalmente, e a dominação imperialista sobre o país apressam a crise do capitalismo no Brasil.” Identifica, nesse sentido, a exploração latifundiária como “um dos grandes obstáculos à expansão capitalista”. Outro obstáculo é o “alto grau de monopolização” da economia brasileira, cujo processo de concentração não resultou do desenvolvimento interno das forças produtivas, mas “imposto precocemente de fora”. Deduz que “os períodos de maior crescimento industrial no Brasil sejam os períodos de maior penetração do capital imperialista”.

Ao contrário das teses absurdas e reacionárias do estalinismo, a ORM-POLOP identifica o avanço da integração do Brasil na economia mundial sob as condições impostas pelo imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos. Reconhece: “Integrando a burguesia na economia imperialista, o desenvolvimento capitalista nacional criou as condições para que a luta antiimperialista hoje no Brasil só possa ser também uma luta antiimperialista.”

A análise demonstra que não há possibilidade de desenvolvimento capitalista independente e que “o capital nacional só se desenvolve integrando-se ao capital imperialista”. Assim, qualquer medida anti-imperialista conseqüente atingiria a própria base do regime no Brasil. Corresponhia defender “a encampação dos monopólios imperialistas e nacionais” e “planificação dos setores básicos da economia.”

Em relação à tarefa democrática pendente sobre a estrutura latifundiária, a OMR identifica distintas situações agrárias nos diversos estados e regiões, o que exigirá “soluções específicas”. Reconhece a complexidade do desenvolvimento desigual. Mas entende que está colocada a bandeira geral de “nacionalização do solo”, que permitiria a implantação de “grandes unidades coletivas” onde houvesse penetração capitalista e “a existência de pequenas propriedades”. Conclui: “É por isso que onde não houver condições já para a coletivização, a nacionalização do solo garantirá a destruição das formas mais atrasadas de exploração agrícola”.

Tal conjunto de idéias constituía um começo para construir o partido revolucionário. Permitiria posterior avanço na caracterização de país semicolonial, de desenvolvimento desigual e combinado, a defesa das tarefas democráticas pendentes, a fundamentação transitória das bandeiras mínimas para a luta pelo socialismo e os métodos de luta. No entanto, o “Programa Socialista para o Brasil” está constituído sobre contradições intransponíveis. A estratégia e a tática contrariam o postulado geral da revolução socialista. A revolução e a ditadura do proletariado são concebidas abstratamente.

No Programa, separa-se o governo revolucionário da ditadura de classe do proletariado. A ORM-POLOP acaba por reproduzir a revolução por etapas do estalinismo ao admitir um “governo dos trabalhadores” de transição para a ditadura do proletariado. Ou seja, prevê a possibilidade de um “governo provisório”, que seja o “resultado de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo”. Formula para essa possibilidade a estratégia do governo de transição para a ditadura do proletariado. Pressupõe que haverá uma composição de forças que expressam a classe operária, camponeses e pequena bur-

guesia urbana que conquistariam o poder sem contudo expropriar a burguesia, seria uma espécie de governo anti-imperialista, portanto, em nossa conceituação, democrático-burguês. Por isso, diante de tal possibilidade, a OMR refere-se a apoio e integração do proletariado e sua vanguarda. Eis a posição: “O proletariado consciente e sua vanguarda revolucionária só poderão apoiar e integrar governos provisórios quando estes se apoiam na força material da classe operária e dos seus aliados no campo, aos quais juntar-se-á parte da pequena burguesia assalariada e proletarizada.” Logo “será um governo revolucionário dos trabalhadores e será composto pelas forças políticas dispostas a travar a luta contra o imperialismo e a reação interna com métodos revolucionários. (...) Semelhante governo será de transição pelo seu caráter e sua origem. Será resultado de frentes e alianças surgidas na luta de forças e lideranças radicais da cidade e do campo. Será de transição igualmente pelo fato de o proletariado não poder conservar o poder político, sem destruir simultaneamente as bases econômicas e sociais do domínio das velhas classes exploradoras, sem instalar sua ditadura.”

A explicação do disfarçado etapismo se sustenta no esquematismo e no subjetivismo. Imagina-se que as ações de tal governo e as atividades das massas se traduzirão em avanço da consciência socialista, de maneira que os explorados “seguirão a facção mais radical e mais conseqüente do governo revolucionário, que as liderará e as levará a instalar a ditadura do proletariado, a forma de governo da revolução socialista, a única alternativa ao domínio imperialista”. Certamente, a “facção mais radical e mais conseqüente seria a OMR-POPLOP. Assim, a jovem organização se afastava da compreensão de que a revolução será proletária, resultante da aliança operário e camponesa, cujo governo operário e camponês expressará a ditadura do proletariado.

Os redatores do documento estavam sobre a influência da Revolução Cubana, que começou com um movimento nacionalista-democrático e que acabou por ultrapassar os limites da propriedade privada dos meios de produção e expropriar os grandes proprietários. O governo democrático de Fidel Castro, fruto de alianças inclusive com setores burgueses, teve de abandonar posições nacional-reformistas e implantar a ditadura de classe do proletariado, sem a qual não se expropriaria os latifundiários. Ditadura proletária que se degenerou em ditadura burocrática, seguindo o caminho da burocratização estalinista. Prova dessa influência na formulação de um governo de transição para a ditadura do proletariado encontra-se na passagem: “A revolução socialista em Cuba assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno burguesas. A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente”.

A visão de que em Cuba se naturalizou o marxismo-leninismo e daí para todo o continente reflete a incompreensão da ORM-POLOP de que o marxismo revela as leis gerais da revolução proletária e que as particularidades decorrem do desenvolvimento histórico que cada país. Ao assumir as características singulares da Revolução em Cuba como leis gerais para todo o continente, a OMR comprometerá todo o programa, com o qual se dispunha a construir o partido e marchar para a revolução socialista. Não por acaso, recorre à tática de frente de esquerda para alcançar um governo dos trabalhadores, de transição. Dá inclusive a entender que a frente de esquerda, para a qual a OMR apresenta um conjunto de bandeiras, a começar pelo “caráter socialista de revolução no Brasil” e a concluir pelo “reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas”, é o meio de unir os revolucionários e construir o partido.

Explica que “o partido não nasce pronto; ele se forma na luta e pela luta, é durante a luta que devemos estabelecer a unidade das forças que levantaram a bandeira do marxismo-leninismo”. A não ser os nacionalistas, praticamente todas as correntes de esquerda de diziam marxista-leninistas, bandeira que serviu para acobertar traições, aventuras, erros e falsificações históricas. A “naturalização do marxismo” no continente significou assumir que se instalava “a guerra de guerrilha” por toda a América Sul e Central. Apesar de reconhecer as diferenças entre os países latino-americanos e concluir que “cabe aos revolucionários aplicar, de modo criador, a experiência do socialismo científico nas condições concretas (...), incorre no erro de generalização de que na situação “uma das formas básicas da luta de classe no continente é a guerra de guerrilha, travada no campo, que aproveita o potencial revolucionário local catalisador de um movimento em escala nacional”. A OMR copia a suposição castro-guevarista e recorre ao arsenal maoísta de que haveria uma fase prolongada de luta armada da “revolução brasileira”, a começar pelo campo.

Na situação de descenso das massas, a luta armada se estruturaria e se fortaleceria para uma etapa de ascenso dos explorados, o que permitiria a revolução. Daí, a tática foquista. A pequena força armada, isolada, se fortalecerá a cada “vitória contra o exército” e acabará por delinear “os objetivos de luta para os trabalhadores do país inteiro.” A ilusão nas possibilidades do “foco de guerrilha” era tanta que a OMR acreditava que por meio dele se apressaria “a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária”. A construção do partido passa a depender do êxito da luta foquista e da unificação das esquerdas, tidas indistintamente como marxista-leninistas.

Limitamos a nossa crítica programática a esses aspectos, mas o documento traz outras formulações de interesse para o marxismo, como a caracterização de “época de confronto final” entre o capitalismo e as forças socialistas, “fase da cooperação antagônica” do imperialismo do pós-guerra, conceito de “democracias populares”, “campo socialista etc. Formulações que misturam o ultra-esquerdismo com o oportunismo pequeno-burguês.

## Colina – foquismo e governo popular

O Comando de Libertação Nacional, no documento “Concepção da Luta Revolucionária, de abril de 1968, aprovado na Conferência de fundação, segue a linha foquista da OMR-POLOP. Expõe sem atenuantes a decisão de agir à margem do proletariado. Afirma: “O proletariado e as classes médias urbanas não têm condições de se organizarem e de se educarem de maneira consequente (no sentido de que não constroem o poder alternativo), de se fortalecerem, sob um regime ditatorial, na luta de libertação nacional.”

Os redatores do documento partiam da análise de que a ditadura seria duradoura e que sua capacidade de repressão impedia o trabalho revolucionário no seio das massas. O enunciado do foco no programa da OMR-POLOP passa a ter uma formulação “teórica” e “histórica”. Comparece a distinção entre a experiência da Revolução Chinesa e a Cubana. Para o Colina, a Revolução em Cuba foi resultado da aplicação da tática militar do foco, que se transformou em guerrilha. Polemizando com a Ação Popular, que passou a assumir posições maoístas, questiona a possibilidade de se fazer “um trabalho de massa que se constituirá numa base de apoio de massa da guerrilha”. Acusava-a de “espontaneista” por pretender partir das “lutas econômicas para convertê-las em políticas e desenvolvê-las até

a luta armada”.

Sem dúvida, a separação entre luta econômica e política é típica do espontaneísmo, o que levou a Ação Popular para a mesma vala comum do foquismo e para o estalinismo encarnado pelo PCdoB. Mas não há nada de espontaneísmo na exigência do “trabalho de massa.” Esse era o ponto que o Colina rejeitava e o substituiu pela “concepção de força móvel estratégica”, que correspondia a comandos armados, atuando clandestinamente e à margem das massas, esperando o enfraquecimento da ditadura e a retomada da luta proletária (greves) que confluiria com a luta armada organizada a partir do campo. O esquema pré-estabelecido correspondia ao seguinte: “Todo movimento de massas será impulsionado pelo pequeno motor dirigente que é o exército guerrilheiro”. O delírio que levou ao despedaçamento da militância no confronto com o Estado burguês é atroz: o Colina supunha que comandos armados móveis sem ligação com as massas se tornaria um exército de camponeses armados, que se entroncaria em algum momento da luta com o proletariado e que por esse processo estaria constituído o “embrião de um novo poder, assim como o primeiro soviete de operários e camponeses e soldados, na Rússia”. Maneja-se as revoluções na Rússia, China e Cuba sem o devido conhecimento, que somente poderia ser alcançado com o método do materialismo histórico concebido elaborado por Marx/Engels e desenvolvido por Lênin/Trosky.

No fundo destas falácias, está a negação de que o proletariado é a força motriz da revolução social, que com seus métodos próprios de luta e com sua política militar elaborada pelo partido e assentada no programa tomará o poder da classe capitalista. A força motriz passa a ser o camponês pela simples razão de que seria a classe oprimida a receber os comandos armados – montados nas cidades – e a protagonizar uma guerrilha, que libertaria regiões e constituiria o embrião do poder revolucionário.

As ambiguidades do Programa da OMR-POLOP e o ecletismo eram incômodos para sua fração ultra-esquerdista. Havia que definir as posições a partir da nova descoberta castro-guevarista-debraysta dos comandos móveis e imediatamente pôr-se a organizá-los. Para isso, a OMR passou a ser estorvo. A solução foi fracioná-la. Mas há uma formulação também decisiva que é a orientação nacionalista do Colina. Assinalamos, no estudo do Programa da OMR-POLP, a ausência de uma fundamentada crítica ao estalinismo, cujas bases encontramos no marxismo-leninismo-trotskyismo e particularmente nas posições de Trotsky, em seu combate às revisões de Stálin. O Colina critica o colaboracionismo do PCB, mas não identifica suas raízes. Assim, não teve como se livrar de sua herança. Acredita que o golpe militar e o fracasso da política de apoio ao nacionalismo tiveram a magia de colocar a esquerda no caminho correto – o do “enfoque do poder”.

Não retomaremos a questão da luta armada, já suficientemente analisada. Eis a formulação sobre a nova descoberta: “Ou seja, no Brasil como na América Latina inteira, a luta de libertação nacional só poderá ser conduzida pelo proletariado. A crise só poderá ser superada pelas transformações anti-imperialistas e antilatifundiárias, que a burguesia não tem como levar adiante. Não se trata de conduzir a revolução burguesa ao seu término histórico, mas de impulsionar essas transformações já na perspectiva do socialismo.” Essa formulação comparece, com outra forma, no Programa da ORM, refletindo a separação entre a revolução democrática da socialista. O Colina não faz senão expor mais claramente o etapismo estalinista, trazendo a novidade de como alcançar as transformações democráticas (anti-

imperialista e antilatifundiária), ou seja, da criação da construção de um poder “a partir do campo”, embora seja anunciado que cabe ao proletariado a hegemonia.

Chegamos ao ponto estratégico: “Este será o poder alternativo que assegurará a luta de libertação nacional e que sustentará o governo popular revolucionário, ao mesmo tempo em que assegurará a hegemonia da aliança operário-camponesa na revolução”. O “governo popular”, por sua generalidade, não expressa a relação de classe da revolução. A “hegemonia da aliança operário e camponesa” diz respeito a setores da burguesia, que ficam subentendidos na fórmula de “governo popular”. Incorre-se no mesmo erro da fórmula genérica de “governo dos trabalhadores” da OMR.

Na revolução que abriga necessariamente a aliança operário-camponesa, atuam classes distintas oprimidas pela burguesia, como é o caso da classe operária e da camponesa. A hegemonia é proletária pelo programa e pela sua direção, encarnada pelo partido. Está aí por que as tarefas democráticas assinaladas pelo Colina não serão resolvidas nem pela burguesia e nem pelo campesinato por ela oprimido, pela razão de que a classe pequeno burguesa agrária aspira a propriedade privada da terra. Serão resolvidas pelo proletariado, que, para derrotar a burguesia, necessita da aliança com os pobres do campo.

Havíamos criticado a consigna de “governo revolucionário dos trabalhadores” do Programa da OMR-POLOP, que é uma versão inovadora da esquerda centrista do “governo popular”, que vem do castro-estalinismo. Os foquistas, nas suas mais variadas versões, não podiam conceber o programa da revolução e ditadura proletárias.

## VPR – militarismo e partido

O documento “A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução” reflete as divergências e as diferenças entre as correntes que protagonizaram a luta armada. A questão básica para a VPR era a de fundamentar a organização militar. O texto é de junho de 1969, momento em que as organizações estavam concentradas nas ações e em que as experiências mostravam que o foquismo impunha intransponível isolamento das massas. Os dirigentes da VPR avaliavam que seus feitos militares, mais do que os políticos, permitiram quebrar o isolamento perante as demais organizações, mas enfrentava outra limitação – a do isolamento perante as massas. Observamos que a VPR enfrentava um impasse e provavelmente uma crise interna. Assim, o documento não faz exposição de aspectos programáticos. Não tivemos acesso a outros documentos citados no livro “Imagens da Revolução”, como “O caráter da revolução”, que talvez pudessem ser mais efetivos para nosso objetivo de crítica programática.

Destacamos do documento a visão de partido e das organizações de massa. Para explicar as barreiras entre a organização armada e as massas e tentar removê-las, a VPR teve de recorrer à questão do partido e dos sindicatos. Entendia que “o partido que enquadra as massas tem evidentes deficiências militares” e que a “organização armada, necessariamente pequena na fase inicial, tem fraquezas políticas enormes”. A VPR rechaça o partido de ‘tipo bolchevique’ – no caso seria erroneamente o PCB – e admite que surgirá na fase avançada da guerrilha um novo partido. As forças que contribuíram para o progresso da luta armada e para a derrota dos inimigos estariam prontas para unidas dar à luz o partido. A VPR, diferentemente do Colina, não se considera o embrião do partido. A luta arma, travada pelos combatentes das várias organizações, catalizaria a “oposição social” das massas em forma de luta política. Estaria descartada,

portanto, a concepção do surgimento do partido por meio de uma “penetração orgânica nas massas”.

A VPR descarnava a impostura dos grupos foquistas que constituíam os comandos armados, mas não se desfaziam da noção de partido leninista, via de regra deformada. A vanguarda armada é distinta do partido e esse não será gestado por ela, mas por todas as organizações, numa fase avançada da guerrilha. Um partido constituído para atuar sobre as massas e educá-las, na compreensão da VPR, está fadado à integração nas instituições ou à destruição pela ação repressiva dos inimigos. Ao contrário, a organização armada não está sujeita há nenhuma dessas condições. Cumpriria um papel catalizador da revolta das massas e da posterior formação de um partido. Sendo assim, tratava-se de pôr de lado a questão do partido no presente da luta armada no Brasil, que estava em sua primeira fase.

Pela mesma razão, a VPR considera que o proletariado já não é o mesmo definido por Marx e Lênin. E que o lumpemproletariado tem importância na luta armada, por constituir “uma massa imensa de migrantes camponeses de solidíssima estrutura moral”. O documento advoga que “não se deve traçar com o máximo de nitidez a fronteira entre as classes dominantes por um lado e o proletariado por outro”, porque a oposição frontal impediria de isolar a ditadura militar. Considerando que a VPR contou com importantes militantes provenientes do nacionalismo (MNR) da regional de São Paulo, temos a defesa de atrair para a guerrilha setores burgueses desbanca-dos do poder pelo golpe de 1964.

Convencidos das teses militaristas, mas sobressaltados pela contradição do isolamento das massas, os veperristas precisavam achar formas para quebrar o isolamento e para recrutar novos militantes. Não se tratava de, na primeira fase da luta armada, se fazer um “trabalho de massa”, mas de “contatos”. Um novo tipo de “trabalho de massa” se colocava – a da propaganda armada. Como essa questão era sensível e refletia os impasses do foquismo, provocava divergências internas e externamente entre as organizações. A VPR se defende: “O aspecto secundário, na primeira fase, do contato orgânico com as massas, não se deve a nenhum desprezo das massas, nem a ‘elitismo’, mas às condições concretas que ditam a forma de luta na cidade”.

Referindo-se à propaganda armada como meio de obter apoio das massas, a VPR difere do Colina: “Neste sentido consideramos absurdo ‘organizar as massas urbanas’ (...). Portanto, havia de ser claro o caráter militarista e clandestino da organização armada, que teria de superar a intrínseca deficiência política com métodos próprios da luta armada. Seria incompatível recorrer ao método da ação direta do proletariado e do paciente trabalho organizativo no seio dos explorados. A propaganda armada cumpriria a função estratégica de ganhar apoio das massas, frisamos a palavra “apoio”. E a “infiltração” nos sindicatos e movimentos possibilitaria a organização extrair as necessidades dos explorados e fazer os recrutamentos.

Propaganda armada, trabalho de informação e inteligência e trabalho de relação com outras organizações são inerentes à organização militar voltada a chegar até a “guerra popular”, que não seria nem proletária, nem camponesa, mas do povo. Eis a conclusão: “Luta de massas nos interessa na medida em que permite as massas verem que o caminho certo é o da luta armada e não o contrário. A guerra do povo não significa que as organizações armadas se colocam ao lado dos movimentos de massa e os apoiem, e sim que o povo se organiza para o sustento e desenvolvimento dos grupos armado hoje, e amanhã do exército popular.” Clarinho – a vanguarda armada independe das massas e, em sua relação com elas, só interessa seu movimento se

estiver a serviço da luta armada.

Ao comentar casos de radicalização das massas que se esgotam em si mesmos – cita o levante de Córdoba, na Argentina –, a VPR procura mostrar que isso se deve à ausência da luta armada antecipadamente existente. Desconhece-se a importância decisiva da organização das massas no terreno de independência de classe, que se prepara e se conquista por meio do partido, do programa revolucionário.

## VAR-PALMARES

A fusão de várias tendências na constituição da VAR-PALMARES não poderia sustentar a organização. Formada em julho de 1969 no Congresso de unificação, tendo o Colina como coluna vertebral, que por sua vez havia incorporado dissidências do PCB, da AP e do MNR, acrescida da VPR, praticamente se dissolveu em fins de 1971. A pequena longevidade testemunha a crise em que se encontravam os foquistas, que tiveram origem na OMR-POLOP. A unificação, inclusive, não chegou a se consolidar. A VPR foi reconstituída em setembro de 1969, no segundo Congresso da VAR, convocado para resolver as divergências mantidas após o Congresso de unificação. O nosso interesse pelo desfecho da VAR-PALMARES tem a ver com a exposição das contradições que minaram as bases de fundação da OMR-POLOP.

O documento publicado no livro “Imagens da Revolução” é do segundo Congresso da VAR. Pretendia ser um programa, o qual traz heranças das idéias que animaram a OMR, mas com mudanças significativas. Faz uma detalhada demonstração de que o Brasil é um “país capitalista atrasado e dependente do imperialismo”, para concluir que a única revolução possível é a socialista. Descreve minuciosamente as classes sociais e suas diferenciações internas, demonstrando que o proletariado urbano e rural constitui a força principal da revolução, que as condições para o desenvolvimento da “consciência de classe estão dadas e que se coloca a aliança com os camponeses. Refere-se ao socialismo como resultado da “revolução proletária”.

Diferentemente das correntes foquistas que formulam a contradição fundamental entre a nação e o imperialismo, a VAR a tem entre a burguesia integrada ao imperialismo e o proletariado, seguido de “camadas trabalhadoras não proletárias da cidade e do campo”. Estabelece a tarefa histórica de tomada do poder pelo proletariado em aliança com os camponeses. Mantém a fórmula de “governo revolucionário dos trabalhadores” da OMR, mas elimina seu caráter provisório e transitório, concebendo-o como “expressão da ditadura do proletariado”.

Apresenta um conjunto de tarefas que se assenta na “socialização imediata de todas as grandes empresas e extinção progressiva de toda propriedade privada dos meios de produção” e “no apoio efetivo à revolução socialista mundial”. Sintetizando: “... a estratégia socialista tem sua expressão na revolução proletária, com a conquista do poder político e o estabelecimento da ditadura do proletariado”. Com essas posições programáticas, a VAR-PALMARES dava um importante passo à frente no programa da OMR-POLOP. Mas, infelizmente, tais posições não passavam de retórica. A VAR não revia autocriticamente o foquismo; não se apoiava no método e tática marxistas de organização do proletariado; e não havia assimilado a doutrina da luta de classes do Manifesto do Partido Comunista. Por essas mesmas razões, fazia retórica sobre a necessidade estratégica do partido e colocava-se em flagrantes incoerências, reconhecidas pela VPR militarista.

A organização unificada sem ter uma base comum submete a construção do partido e os métodos de luta à circunstancial ditadura militar, como se esta impossibilitasse o trabalho no seio das massas e se eternizasse, não restando outra alternativa para os revolucionários

senão a luta armada. Toda a análise de classe e toda demonstração das contradições econômicas e sociais do capitalismo no Brasil se tornaram vazias e imprestáveis diante da ditadura militar. Eis a explicação: “Não apenas estão fechadas as portas para uma luta legal, de longa duração, visando educar a classe operária e acumular forças para, na ocasião propícia, efetuar o assalto ao poder, mas também as possibilidades de esboroamento do Estado burguês na hipótese de uma insurreição que fosse o coroamento da radicalização da luta das massas desarmadas.” Falsa constatação e falsa conclusão. Nas condições da ditadura, tratava-se de fazer o trabalho clandestino de defesa das reivindicações das massas, das consignas democráticas, da educação político-ideológica e da formação dos quadros partidários. O pressuposto de que não era possível essa via de ação leva à falsa dedução: “Para se dar continuidade à luta política, no nível que ela já atingiu no Brasil, é necessário que ela seja sustentada pela luta armada, que ela seja expressa fundamentalmente pelas armas.”

A VAR-PALMARES não conseguiu compreender que houve uma derrota do movimento operário e camponês, encabrestados pelo nacionalismo burguês e pela convivência do estalinismo. Haveria de ter um balanço dos acontecimentos que levaram e possibilitaram o golpe militar, para estabelecer uma política de independência de classe e construção do partido marxista-leninista-trotskista sob as novas condições. Mas não, a militância pequeno burguesa, encarregada de formular as idéias da VAR, estava empenhada em inventar explicações para o aventureirismo foquista: “A luta armada não se acha na ordem do dia apenas na etapa final da tomada do poder, quando se cria uma situação revolucionária”. Se os formuladores dessas posições estudaram as revoluções, principalmente a revolução proletária na Rússia, então, não assimilaram nada.

Não é preciso repetir a crítica à fundamentação do “caráter prolongado da guerra revolucionária”, das etapas de montagem da “guerrilha”, dos elos fracos da burguesia, da luta armada a partir do campo e da criação do “exército revolucionário”. A VAR-PALMARES refere-se a um partido que não existe e que não poderia vir a existir por meio do desatino foquista: “Dirigindo o exército revolucionário, através de diretrizes políticas firmes, que expressem a hegemonia do proletariado no seio da aliança de classes, o partido se fortalece e assegura ao movimento revolucionário uma firme linha de classe.” Mas a fórmula para a questão estava resolvida: “O partido revolucionário do proletariado só se forjará no processo de guerra revolucionária, expressando o avanço da consciência de classe do proletariado, manifestado pela superação da dispersão das lutas políticas, superação está só possível através do estabelecimento de sólidos vínculos entre vanguarda e a massa.” Mais um trecho de retumbante retórica.

A luta armada foquista se colocava na contramão da construção do partido e da tarefa de soldar a vanguarda com as massas. Não havia como romper o isolamento da organização foquista com as massas. Ocorria o contrário do desejo e da urgência dos grupos armados. A classe operária e os camponeses não tinham como identificar os foquistas como parte de seus problemas e necessidades. Não foi difícil para a ditadura reforçar o isolamento de organizações que nasceram fora e separadas da luta dos explorados. Com o cerco da ditadura apertando, os militaristas da VPR não podiam se ater ao palavreado do Programa da VAR-PALMARES sobre um partido que viria a existir e que seria a direção da “guerra revolucionária”. Para o capitão Lamarca, tais formulações constituíam um desvio da tarefa de levar seus quadros para preparação da guerrilha no Vale do Ribeira.

**Nesta edição:**

- Morte de preso político em Cuba
- Ofensiva sionista de Israel
- Argentina
- Bolívia

Artigos do Cerqui  
**Comitê de Enlace  
 pela Reconstrução  
 da IV Internacional**



## Morte de preso político em Cuba

A morte do preso político Orlando Zapata Tamayo, depois de 85 dias em greve de fome, serviu de bandeira para a burguesia internacional intensificar a campanha pela restauração capitalista em Cuba, sob o argumento da democracia, das liberdades e dos direitos humanos. Em seguida, outro preso, Guillermo Fariñas, iniciou a greve de fome com a reivindicação de libertação de 20 presos políticos, sob a justificativa de estarem doentes. O governo cubano lhe ofereceu asilo, com a concordância da Espanha, mas não aceito. Fariñas já realizou, segundo informações jornalísticas, 23 greves de fome. Desta vez, disse estar disposto a sacrificar a vida, a exemplo de Tamayo. Antes de completar o 20º dia, admitiu ser tratado no hospital.

Não temos maiores informações sobre a atividade política dos presos, que em 2003 fizeram um movimento contrário ao governo do Partido Comunista Cubano. Para o regime castrista, comparecem como agentes dos Estados Unidos, que mantêm o cerco econômico à Ilha e pugnam por destruir as conquistas da revolução de 1959.

A greve de fome é uma decisão que corresponde à convicção de uma causa. Esse entendimento serviu para Raúl Castro justificar por que as autoridades não o alimentaram Tamayo à força.

A morte de um preso político por greve de fome é um fato dramático. Para levar a decisão até o final, há de se ter profunda convicção do que o move para a morte e o entendimento que o sacrifício não será em vão. Não nos parece que Orlando Zapata Tamayo constituísse um perigo para a revolução. A mesma indagação nos assalta no caso de Fariñas. Mas o governo cubano considera que sim, são contra-revolucionários perigosos, que devem estar no cárcere.

O fato de Raúl e Fidel não se preocuparem com a repercussão sobre as massas cubanas da morte de Tamayo indica que é duvidoso que sejam uma ameaça à revolução. O imperialismo e a burguesia latino-americana tomaram a morte de Tamayo como parte de sua causa voltada a liquidar as conquistas históricas e restaurar o capitalismo.

As greves de fome e a morte de Tamayo são os maiores perigos. O imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos, que faz guerras, invade países, oprime nações inteiras, saqueia riquezas, promove golpes militares, monta câmaras de tortura, constrói campos de concentração etc. alimentarão o descontentamento latente em Cuba para constituir uma via contra-revolucionária.

O combate às tendências de restauração capitalista tem de ser através da luta de classe e da democracia operária, que garante liberdade a todas correntes e partidos que se colocam pela defesa da revolução, mas diferem quanto ao caminho de construção do socialismo e do internacionalismo. Ocorre que a ditadura do proletariado que emergiu

da revolução se degenerou em ditadura burocrática castrista.

O fato de Cuba ficar isolada com a desintegração da ex-União Soviética e com a adoção pela burocracia chinesa da “economia de mercado” recrudescer a burocratização do PC cubano, que avança para posições restauracionistas. As pressões externas pró-capitalista se manifestam internamente no núcleo dirigente do país, sem que a burocracia castrista possa deixar de se apoiar em parte das conquistas revolucionárias. Avolumam-se as contradições na economia, na sociedade e no Estado. Basta observar as medidas de diferenciação de classe e de retomada dos negócios privados implantadas pelo governo para se comprovar essa afirmação.

Não por acaso opositores começaram a se manifestar nos últimos anos e com eles a repressão burocrático-policial. As greves de fome e a morte de Tamayo são expressão, de um lado, das pressões restauracionistas e, de outro, da ausência da democracia proletária, sem a qual cedo ou tarde a ditadura burocrática dará lugar às forças pró-capitalistas, impulsionadas pelo imperialismo. É o que se constata faz algum tempo.

Cuba carece de um partido internacionalista, que se assente no Programa de Transição da IV Internacional, para quebrar a passividade das massas e o temor de se lançar à revolução política, que estabeleça a democracia proletária e avance a economia baseada na propriedade coletiva dos meios de produção.

Constituiu-se em um erro não entender que a greve de fome dos presos políticos indica não apenas as pressões restauracionistas, mas também a ditadura proletária degenerada pela burocratização. Há que se levantar em Cuba a bandeira de implantação da democracia operária, da edificação do internacionalismo e da defesa do comunismo para reagir à contra-revolução.

A classe operária internacional tem o dever de desmascarar a bandeira dos direitos humanos do imperialismo e da burguesia latino-americana, levantando a bandeira da revolução política, da democracia proletária e da defesa da Revolução cubana. Há que se rechaçar a pretensão da Comissão de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional de intervenção fiscalizadora de entidades internacionais. Esses organismos são sustentados pelas potências e, em última instância, estão pela continuidade do capitalismo. Cuba não tem problema de reconciliação nacional, que significa reconstituir a burguesia. Cuba necessita conquistar a democracia operária.

Que as massas sejam mobilizadas em todo país e convocadas para decidir se o governo acata ou não a reivindicação de libertação dos presos, pleiteada por Fariña.

## Ofensiva sionista de Israel

A diplomacia do governo Lula de estar em todas e se dar bem com todos o colocou sentado em uma cadeira do parlamento de Israel para ouvir o canto sionista de que é preciso esmagar o Irã terrorista. A provocação não parou aí, o governo queria a presença de Lula em uma homenagem ao arquiteto do sionismo Theodor Herzl. Frente à recusa do governo brasileiro, que se safou com a desculpa de que havia outra atividade em sua agenda, o chanceler Avigdor Lieberman o insultou publicamente.

O governo brasileiro não se furtou, no entanto, de compartilhar da propaganda sionista. Fez a visita ao Museu do Holocausto. O genocídio de Hitler é lembrado não para combater o capitalismo que gerou o nazifascismo, mas é usado pela burguesia judia para defender o sionismo, justificar a violência contra os palestinos, construir a muralha da Cisjordânia, incentivar ataque militar contra o Irã.

O discurso de Lula choveu no molhado, aconselhando o Estado sionista a conter os assentamentos para não alimentar o “fundamentalismo” palestino e “os conflitos sangrentos”.

Pouco antes da visita brasileira, o governo de Israel se desentendeu com os Estados Unidos. Obama fez enorme propaganda de que o novo enviado para o Oriente Médio, George Mitchell, iria retomar o processo de paz entre judeus e palestinos, levando em mãos o direito dos palestinos terem seu Estado e os judeus a garantia de segurança de seu território. Israel conteria os assentamentos e a Autoridade Palestina quebraria a resistência do Hamas, abrindo caminho para um acordo de paz.

No dia 9 de março, o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, visitava a região com a capciosa bandeira de “diálogo indireto”, ou seja, mediado pelo imperialismo, quando o Ministério do Interior anunciou a construção de 1600 casas na parte oriental de Jerusalém. Surpreendido pela ousadia do governo, o vice-presidente norte-americano se encontrou com o presidente da Autoridade Palestina Mahmoud Abbas para lamentar a decisão dos sionistas. A retomada do diálogo a ser promovido pelos Estados Unidos caiu por terra. O que parecia ser um ato isolado do ministro do Interior, vinculado ao partido Shas, a direita da direita, logo se confirmou que era uma decisão de governo, que seria apresentada depois da visita de Biden.

As manobras do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu em torno do “diálogo indireto” e a negativa em aceitar a suspensão dos assentamentos se deve ao fato de que Obama não representa a vontade do grosso da burguesia norte-americana. As suas forças parlamentares se apóiam em considerações históricas da criação do Estado sio-

nista contra o nacionalismo árabe e de ordem econômica de domínio imperialista no Oriente Médio. Faça o que fizer, desde que Israel se preserve como enclave do imperialismo, os Estados Unidos, seja o governo que for, estarão do lado sionista.

A criação artificial do Estado judeu, resultante da 2ª Guerra Mundial, somente poderia e pode se firmar por meio da expansão territorial sobre toda a Palestina. A possibilidade de um Estado palestino soberano e armado é remota. Somente uma grande conflagração das massas oprimidas no Oriente imporá aos sionistas o Estado palestino.

A vitória na guerra de 1967 contra a burguesia árabe deu a Israel a possibilidade de iniciar o expansionismo. O acordo de devolução de território com os árabes serviu para deixar as mãos livres dos sionistas para avançar anexações em Gaza, Cisjordânia e consolidar a ocupação progressiva da Jerusalém Oriental.

A fração sionista da burguesia mundial e, particularmente, dos Estados Unidos é poderosa. Tudo tem feito e tudo fará para esmagar pelas armas a revolta palestina e ampliar o domínio territorial de Israel no Oriente Médio. A ocupação norte-americana do Iraque e as ameaças de guerra contra o Irã fazem parte desse movimento expansionista e de domínio imperialista. O petróleo continua a ser estratégico para as potências.

A ofensiva de Obama contra o programa nuclear da burguesia iraquiana e de seu governo nacionalista é uma condição para garantir o expansionismo sionista e o controle imperialista da região. A linha do governo Lula de negociar a paz com os palestinos, conferindo-lhes um Estado, de enquadrar os reatores atômicos do Irã para fins pacíficos e promover a concórdia no Iraque expressa uma variante dos objetivos do imperialismo. Não há diálogo e negociação que desviem as tendências bélicas, alimentadas pelo imperialismo no Oriente Médio, e que bloqueiem a necessidade expansionista do sionismo.

As massas sofridas pela pobreza e temperadas pelo conflito diário vão se levantar, mais cedo ou mais tarde, em um poderoso movimento anti-imperialista, rompendo o isolamento dos palestinos e dos iraquianos. O problema está na ausência do partido revolucionário, que terá de ser solucionado com a defesa do programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. O avanço do trabalho pela reconstrução da IV Internacional é uma condição essencial para as massas oprimidas de todo Oriente Médio, que incluem os operários e camponeses pobres judeus, marcharem unidas e independentes contra o capitalismo.

### Argentina:

## Combater o terror inflacionário com a política e os métodos da classe operária

O desemprego e o alto custo de vida são os principais problemas da maioria da população. Nos últimos três meses, houve um crescimento vertiginoso dos preços, especialmente nos produtos de primeira necessidade, o que pulveriza os salários. Nas mercearias e supermercados se marcam não menos de duas vezes ao mês. É outro golpe terrível contra os bolsos já enfraquecidos.

A inflação é o mecanismo pelo qual se opera uma maior transferência de recursos para os setores mais poderosos, empobrecendo, expropriando os consumidores, que cada vez pode comprar menos produtos com seus salários.

A inflação é essencial ao capitalismo. Não é um problema técnico-monetário como tratam de explicar os especialistas. A base do pro-

blema deve encontrar-se em uma economia altamente concentrada, monopolizada, onde um pequeno número de capitalistas controla os mercados e estabelecem os preços, se apropriam dos salários da população e também tomam uma porção dos ingressos de outros setores capitalistas. Na propriedade privada dos grandes meios de produção e distribuição encontramos a raiz do problema. Portanto, para resolver a raiz do problema, há que se atacar suas causas.

O governo Kirchner, como todo governo burguês, é incapaz de resolver este problema porque não tem nenhuma intenção de acabar com a propriedade privada dos grandes meios, que são os que formam os preços. Tem a ver com a natureza de classe de seu governo.

A maioria dos técnicos da burguesia tem uma “solução” pior para



as massas: congelar salários e aposentadorias, terminar com o mecanismo da data base, parar as obras públicas, reduzir os orçamentos sociais, aumentar todas as tarifas que sejam necessárias “para clarificar a economia e acabar com os subsídios”. Afirmam que por esta via se reduz a demanda, se esfria a economia, se contrai a oferta monetária e, portanto os preços deixariam de subir. Esta receita também conhecemos muito bem.

As massas, para se defender da inflação, tem como recurso a luta pelo salário e aposentadorias mínimas, vitais e móveis, isto é, o que uma família realmente necessita para sobreviver, ajustando-se permanentemente segundo se incrementa os preços. Esta bandeira é de fundamental importância para defender as condições de vida, para não ser empurrados mais e mais para a miséria. Para poder impor esta reivindicação é necessário uma grande luta de todos os trabalhadores, dos aposentados e dos desempregados.

A relação entre os preços e os salários expressa em última instância a relação entre a burguesia, proprietária dos meios de produção, e a classe operária, despossuída, e que só tem a sua força de trabalho para vender. Portanto, a única forma que se pode impor como piso salarial e das aposentadorias o que uma família necessita para viver

(salário mínimo vital) é por meio de uma grande luta generalizada, aplicando os métodos da ação direta. Não é nas mesas de negociações, nos ministérios e nem no parlamento que se resolve os problemas das massas.

É necessária a greve geral, o fechamento de ruas e ocupações de fábricas. Para impô-las necessitamos de outra direção do movimento operário, não destes parasitas vendidos, corruptos e traidores, servís das patronais e dos governos. Eles continuam fazendo pactos nas data base com salários que não cobrem nem a metade do que necessitamos. As patronais já meteram nos bolsos antecipadamente o reajuste que vão acordar com os burocratas e muito mais.

Este é o caminho que temos de preparar, combinando-o com a organização nos bairros, já que é um problema de toda a população, não só dos operários. A partir daí temos de exigir o abastecimento dos produtos que se necessita, de qualidade e a preços que se possa pagar. Desde aí temos que nos preparar para resistir aos próximos aumentos de tarifas. O caminho é o das assembleias, nos bairros, nas fábricas, nas oficinas, nas escolas, para debater como se impõem nossas reivindicações mais urgentes.

Se deixarmos que o governo, os burocratas e os patrões o façam, terminarão nos afundando na pior das misérias.

## **Grécia antecipa o que vem para a Argentina, também na respectiva intervenção massiva dos trabalhadores para enfrentar o ajuste**

Quando dizíamos que a monumental crise que se instalou nos EUA em 2008 não havia acabado, que as medidas que tomaram só adiaram algumas de suas piores consequências, contradizíamos todas as opiniões dos especialistas econômicos e governantes que afirmavam que a crise já estava sendo superada.

Hoje assistimos novamente as imagens de pânico que devem pintar estes mesmos especialistas, qualificando como catástrofe a situação na Grécia e que Espanha, Portugal, Irlanda e Inglaterra vão no mesmo caminho. O endividamento das nações é demasiadamente alto como também seus déficits fiscais e corrigir esta situação pode demandar-lhes muitos anos de ajustes severos contra as massas. Os problemas começaram a se notar em toda sua magnitude quando explodiram em 2008, porém têm sido totalmente incapazes de evitar que se chegasse a esta situação praticamente de quebra.

Volta-se a informar que vários Estados nos EUA, dos maiores, (entre eles Califórnia) encontram-se quebrados, que não melhoraram a atividade econômica e que a massa de desempregados continua sendo elevadíssima.

A resposta em todos os lados é a mesma: planos de ajuste para limitar o gasto público (redução da assistência aos mais necessita-

dos, redução dos orçamentos e salários) e planos de flexibilização trabalhista, aumento da idade da aposentadoria (na Espanha).

Essas são as condições que impõe as superpotências e os organismos financeiros para “ajudar” aos países em desgraça. Na Argentina, conhecemos bem esta receita, que são as mesmas que hoje também recomendam para “direcionar” a economia.

Alemanha e França atuam com super poderes para impor as piores condições aos países em dificuldades. Porém ainda assim não conseguem resolver a “ajuda” à Grécia, sabendo que a crise não termina aí.

Fica explícita que a unidade da Europa é a unidade para ampliar os negócios das multinacionais mais poderosas e impor condições de vassalagem aos países menos desenvolvidos. Nunca foi uma unidade de iguais.

Os trabalhadores alemães manifestam seu rechaço por carregar sobre suas costas os planos de “ajuda” que impõe seu governo à Grécia hoje e amanhã a outros países.

Na Grécia a resposta ao ajuste foi uma greve geral contundente com mobilizações com multidões que rechaçavam. Outras greves estão se anunciando, ocupações de edifícios, bloqueios de ruas, ao mesmo tempo em que o governo socialista de Papandreu continua prometendo mais ajustes para evitar a catástrofe.

A tarefa de unir Europa continua vigente, porém só pode ser resolvida pela classe operária, como produto das revoluções sociais que a levem ao poder e podem materializar os Estados Unidos Socialistas da Europa. Esta consigna adquire grande significação no meio desta crise que põe em cheque a unidade comandada por Alemanha, França e seu Euro.

A bancarrota do imperialismo agudiza as condições de opressão sobre as nações atrasadas e sobre os trabalhadores e potencia as intervenções militares.

EUA, com seus aliados, preparam as condições para a intervenção sobre Irã, reforçam as ações no Afeganistão e avançam os choques militares com a China, que aumenta seu peso e condiciona a economia mundial.

É a classe operária da Grécia, Irlanda, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália etc. que deve unir sua luta em um só punho contra as multinacionais e seus governos, sejam liberais ou socialistas, são eles os únicos portadores do programa, da saída para acabar de uma vez por todas com a barbárie capitalista, que até ontem impulsionava a chegada de trabalhadores desesperados para super explorá-los e hoje os expulsam fomentando o ódio racial, barbárie que desemprega, demite e flexibiliza a milhões, que congela as aposentadorias e aumenta os impostos... e que amanhã alistará para um nova guerra.

**Argentina:**

# Unificar a luta dos ceramistas, estatais, estudantes, desempregados e demais oprimidos em uma greve geral ativa

*Abaixo extrato do Boletim distribuído por nossos camaradas Argentinos*

No início do ano, os trabalhadores enfrentam uma situação ainda mais complicada do que no ano anterior. Os aumentos de preços e tarifas, as demissões, a queda do valor dos salários, formaram um quadro sombrio para a classe operária e demais explorados. Os governos burgueses decidiram apertar ainda mais o cinto operário para continuar garantindo o saque ao país e os lucros da patronal, através das subvenções, reformas na educação e na saúde (cortes), fechamento de fábricas. O número de desempregados está aumentando a cada dia e, portanto, também aumenta a miséria e a fome para os operários e suas famílias. Os trabalhadores resistem. Em Neuquén, os funcionários, os professores e outros setores do funcionalismo estão lutando por melhores salários, contra as demissões e a precarização, cobrando-os dos governos nacional, provincial e municipais.

## Operários lutam na Stefani

Um exemplo disso nos dão os operários da Cerâmica Stefani (na província de Cutral Co): continuam firmes e determinados a lutar para impor suas reivindicações para o empregador, que, em Dezembro abandonou a fábrica. Os trabalhadores estão há mais de 3 meses sem receber nada. Diante esta situação, o sindicato dos trabalhadores da cerâmica, depois de uma reunião com os governos provincial e municipal, informou que o empregador não apresentou nenhuma proposta até o dia 23 de fevereiro. O governo disse que estaria disposto a discutir uma solução para o conflito diretamente com o sindicato e com os operários da Stefani, deixando a patronal fora das negociações.

A questão é: como deixar de fora a patronal? Pagando milhões para eles, como se fez com a Zanon? Esta seria uma saída para a patronal, que garantiria uma milionária indenização com o dinheiro dos trabalhadores de toda a província.

A outra saída é exigir a expropriação e a nacionalização da fábrica sem indenização para fazê-la funcionar sob controle operário.

## O que significa independência política da classe operária?

A classe trabalhadora desenvolveu seus próprios métodos de luta para enfrentar os patrões e seu Estado. A legalidade burguesa nunca foi a política da classe operária. Neste sentido, consideramos um erro subordinar os interesses dos trabalhadores Stefani ao calendário da Justiça, do Parlamento ou de Conselhos Deliberantes.

Os sindicatos têm sido uma ferramenta poderosa nessa luta. Antes de cada ação centralizada e executada por milhões de trabalhadores, os governos burgueses tremem. Mas esta ferramenta não deve servir apenas como um meio de “pressão” para manter o emprego ou para conseguir aumentos salariais. Devemos usá-la para organizar uma poderosa greve geral ativa até as últimas consequências. Não podemos estender essa agonia, correndo o risco de nos atolar mais ainda na miséria e na barbárie.

O controle operário e a expropriação sem indenização não deve fazer parte de um acordo, nem enviando um projeto de lei para o Legislativo ou através do Judiciário, que estão aí para defender a propriedade privada, a burguesia. Deve ser imposto através da ação direta de massas. Todas as conquistas da classe trabalhadora foram

impostas pela ação direta das massas.

## Derrubar a burocracia e resgatar os sindicatos para a luta dos trabalhadores

As direções burocráticas estão negociando seu lugar e seus privilégios na crise, criando frações dentro dos partidos burgueses (CGT) ou partidos próprios (CTA/UNE). Prometem para isso, garantir a paz social, o que significa a entrega de nossas condições de vida.

O panorama não é animador para a classe operária e demais explorados frente à traição das direções, a incerteza e o medo ameaçam nos levar à paralisia.

O principal papel das burocracias sindicais tem sido o de evitar a radicalização da luta, a luta de classes. No momento em que a burguesia mundial balança diante de sua própria crise, as duas centrais sindicais (CGT-CTA) trabalham para nos manter divididos, isolando nossas lutas e rompendo a unidade histórica dos trabalhadores. Recomendando-nos tal ou qual saída dentro das leis, como se a Justiça, o Parlamento ou Conselhos não fossem um instrumento da burguesia. Somente quando pressionados pelas bases se dignam em considerar uma greve ou qualquer outra medida, sempre em função de fazer um acordo o mais rapidamente possível. Normalmente os acordos são raquíticos, e empobrecem cada vez mais nossas condições de vida. É nisto que consiste o jogo “democrático”: os trabalhadores devem suportar a arrogância (ditadura) patronal e governamental, enquanto nós somos degradados cada vez mais. A burocracia são os agentes da burguesia e temos que chutá-los para fora de nossos instrumentos de luta.

## Qual deve ser a política da classe operária para a crise?

O capitalismo está enfrentando sua pior crise econômica. A burguesia é a responsável pela crise, foi ela mesma que a gerou, mas querem descarregar todo o seu peso nas costas dos trabalhadores.

A crise para os trabalhadores coloca a urgente tarefa de unificar todas as lutas em uma greve geral ativa, para impor, através da ação direta de massas, todas as reivindicações para a patronal e o governo. A primeira tarefa é remover a burocracia de cada sindicato e trabalhar para unificar as lutas e avançar a partir da base. Só neste quadro é possível caminhar no sentido de resolver nossos problemas.

Não nos limitamos apenas a frear a sanha dos patrões: lutamos para que a classe operária ao lado da maioria explorada tome o poder através de uma revolução socialista, e sejam os que decidam os destinos do país, constituam o seu próprio governo operário e camponês (a ditadura do proletariado). É neste caminho que devemos construir a nossa própria direção, o nosso próprio partido (operário e revolucionário). As novas variantes nacionais e regionais burguesas (por exemplo, a UNE) e os partidos e correntes da burocracia sindical, não nos representam. São variantes burguesas mais ou menos dissimuladas, que apenas procuram manter os privilégios parlamentares, e servir como um trampolim para arrivistas e carreiristas.

*Partido Operário Revolucionário  
5 de março de 2010*

**Da Bolívia:**

## A crise europeia

A União Europeia foi criada para estabelecer um contrapeso econômico, político e diplomático frente aos EUA. Depois da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo norte-americano consolidou sua hegemonia mundial, além disso atuou como árbitro dos destinos europeus, ajudando o capitalismo com grandes investimentos para conter o avanço da URSS (Plano Marshall).

As potências europeias (Inglaterra, Alemanha e França) que foram as perdedoras na 2ª guerra mundial tinham a necessidade de se proteger criando um mercado comum com o objetivo de superar a estreiteza do mercado nacional. Frente a isso aflorava um fenômeno contraditório: de um lado, um gigantesco desenvolvimento do comércio mundial e, de outro, o surgimento dos blocos comerciais, que atuam como novas fronteiras no comércio mundial.

Do ponto de vista racional, o caso da União Europeia é inquestionável. Mas sob o capitalismo, autêntica unidade é impossível. Como Lenin explicou há tempos, os Estados Unidos capitalistas da Europa são uma utopia reacionária, isto é, um objetivo que não se pode conseguir e, se se pudesse, não seria em benefício dos interesses da classe trabalhadora.

A UE é agora uma união aduaneira nominal para a defesa do capitalismo europeu contra os EUA, Japão, China etc. Internamente, é um mercado parcialmente livre que funciona dentro de certos limites, desde que os interesses vitais dos países membros (particularmente os principais) não sejam afetados, no qual cada uma de suas classes

dirigentes luta por conseguir sua própria vantagem. Isso marca contradições permanentes de interesses entre as diferentes potências europeias.

A consolidação da unidade monetária na Europa (UME) tem-se dado supostamente sobre os termos estritamente controlados pelo tratado de Maastricht (o país que integra a UME deverá ter um déficit orçamentário menor que 3% e a dívida menor que 60% do PIB), mas em 1999, o ano em que se consolidou a UME, somente Luxemburgo cumpria o que se havia estabelecido no tratado, isto é, conseguiram a união monetária no momento em que as condições econômicas gerais estavam indicando o sentido contrário.

No passado o boom do período 1982-90, os capitalistas utilizaram o crédito e os recursos públicos para evitar a recessão. Foi uma irresponsabilidade utilizar essas medidas keynesianas durante o boom, conseguiram apenas prolongar a recessão por dois anos, mas causando maior profundidade na crise. Daí em diante, abandonando as políticas keynesianas, comprovaram que o financiamento do déficit finalmente conduziria a uma explosão da inflação e explosão da luta de classes. Esse é o motivo pelo qual em todas as partes estão pressionadas a cortar os gastos públicos. Nesse período, acreditou-se que, mantendo uma baixa taxa de crescimento e controlando a inflação, poderiam evitar o ciclo econômico capitalista de booms e recessões. Na realidade, a baixa inflação se deu pela ausência de demanda

Jota.  
e o surgimento da supercapacidade numa série de setores.

A nova política para atrasar o relógio marcada por cortes nos níveis de vida, desemprego, não permite elevar os preços como normalmente ocorria no boom. Isto foi reflexo de como o boom se manteve às custas da classe operária, apertando até a última gota de mais-valia, para assim incrementar a produtividade e as margens de benefícios. Dessa forma, a causa se converte em consequência e vice-versa. Sem dúvida, esse fenômeno não é em nada progressista. No passado, o sistema capitalista, ao desenvolver os meios de produção, na busca do máximo lucro, jogou um papel relativamente progressista. Como depositários da mais-valia, os capitalistas aplicaram em nova maquinaria, desenvolvendo as forças produtivas. Já não aplicam nas forças produtivas no mesmo grau que fizeram no passado: preferem dedicar-se a conseguir benefícios fáceis por meio da Bolsa e de toda espécie de produtos especulativos. Longe de ter eliminado o ciclo econômico, todos esses acontecimentos dão um caráter mais grave e convulsivo.

Tudo isso significa que um Estado Federal europeu capitalista está descartado. A consequência de todas essas políticas, e estamos percebendo, é a de agudizar todas as contradições e provocar uma explosão da luta de classes em um país atrás do outro, explosão que na realidade já está começando, como demonstram as greves e manifestações na Grécia e Espanha. Isso é só um começo.

**Bolívia**

## Começa a falir o financiamento da política orçamentária do governo

A redução de recursos no TGN (Tesouro Geral da Nação) está começando a ser sentida na diminuição das exportações e pela queda dos preços do gás e minerais. Isso está começando a causar dificuldades no cancelamento de alguns Bônus, e na subvenção ao consumo de energia elétrica e de combustíveis de consumo massivo no país, na criação de novos postos de trabalho para a educação, saúde etc.

Nos últimos dias, o governo emitiu um decreto supremo que suspendeu a "tarifa solidária" para o consumo de eletricidade, o que favorecia os setores de baixa renda da população. Esta tarifa entrou em vigor no ano passado como uma das medidas eleitorais do governo. O decreto em questão justifica a suspensão do subsídio ao consumo de eletricidade, argumentando que a TGN já não pode financiar este benefício para

uma grande parte da população.

Na mesma linha, no primeiro mês deste ano, o governo ordenou a redução dos recursos do IDH às universidades, aos governos departamentais e dos municípios. Argumentou que ocorreram menores volumes de vendas e queda nos preços internacionais do gás. As consequências já se fazem sentir na suspensão de projetos e obras departamentais e municipais, com graves impactos na economia local e o aumento do desemprego.

Na semana passada, o ex-coordenador do “Bono Juana Azurduy” (um bônus dado desde o ano passado que garantiria a maternidade e o desenvolvimento das crianças até 2 anos de idade, NT), Nelson Hurtado, revelou que o país não iria cancelar o benefício por falhas administrativas e financeiras do governo. Um dia após suas declarações, foi demitido pela Ministra da Saúde. Esta autoridade fez esforços para desvirtuar as declarações de Hurtado em vão, porque, dias depois, foi forçada a anunciar que o governo fizera um depósito de 17.984.35 milhões de bolivianos para pagar a gratificação apenas para o mês de janeiro. A mesma autoridade disse que estava fazendo gestões para arranjar dinheiro para o mês de fevereiro, porque havia uma ordem expressa do presidente Morales não falhar com essa obrigação, por tratar-se de uma política de Estado.

Além disso, no início deste ano, o governo formalizou a

criação de apenas 2.500 postos de trabalho para a educação e saúde (2.000 para a educação e 500 para a saúde), quando o déficit histórico da educação é superior a 5.000 postos de trabalho. Até agora, são os pais que cobrem essa falha, à custa dos seus parcos rendimentos. A fim de reduzir as despesas para a educação, o governo realiza uma descomunal política de “racionalização”, tendo os postos de uma unidade transferidos para áreas onde a situação se torna caótica devido à pressão dos pais. Em Cochabamba foram registradas manifestações em Sacaba e Tiquipaya para impedir que os postos da região fossem transferidos para outros distritos e exigindo mais atenção do Estado para cobrir o crescimento vegetativo da população escolar. Neste trabalho, as autoridades são obrigadas a espremer os alunos em salas pequenas, sem mobiliário ou iluminação e carregando mais trabalho sobre os ombros dos professores. O resultado é uma lamentável deterioração da qualidade do ensino.

Por tudo isso, chegamos à conclusão de que os cofres do Estado estão cada vez mais vazios. A cada dia que passa, torna-se mais difícil cobrir os Bônus que o governo demagogicamente criou no período eleitoral e, pior, começa a negligenciar os serviços básicos como saúde e educação.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2163, de 12/03/2010)

## Bolívia

# Explorados começam a se diferenciar do governo impostor

Gigantesca marcha de professores de La Paz e do El Alto durante a paralisação de 24 horas, apesar da ameaça de desconto por parte do governo e do servilismo da Confederação dos Professores da Bolívia, que condenou publicamente a medida. A marcha dos professores foi enorme e recebeu o apoio de muita gente nas ruas.

Em El Alto, pais de família reagiram com violência contra a Federação de Pais de Família de El Alto, que os convocou a uma marcha, mas queriam levá-los ao ato de proclamação do candidato do M.A.S. à prefeitura dessa cidade, Edgar Patana.

Cocaleiros dos Yungas de La Paz, em Chulumani, Inquisivi, Yanacachi, Irupana; Coripata Cajuata, Caranavi e Coroico abandonam o M.A.S. e decidem participar nas eleições para prefeito e alcaides, com suas próprias agrupações e contra o MAS. Isso como resposta à política de “erradicação forçosa” da coca, que iniciou no governo na região, cedendo às pressões do imperialismo norte-americano.

Em diversas localidades de Santa Cruz, há franca rebeldia contra as direções oficiais do MAS, pela designação de candidatos para as eleições em prefeituras e governo. Na localidade de Warnes, obrigaram o candidato designado pelo MAS, Mario Cronembold, a ser somente primeiro vereador. No Plano 3000,



na localidade de Montero e em Minero, mantiveram os cabildos para desconhecer os candidatos oficiais do MAS. Em Yapacaní, o MAS tende a perder o controle.

A CIDOB (Confederação Indígena do Oriente Boliviano) e o CONAMAQ (Conselho Nacional de Ayllus e Marcas do Qollasuyo) se sentem discriminados pelo governo, exigem do governo de Evo Morales seu direito à terra e à autonomia.

Sintomas inequívocos de que a farsa da “revolução democrática cultural” está transbordando a paciência dos oprimidos, que não vêm soluções a seus problemas mais prementes e observam que a cada dia

são mais politiqueiros oportunistas e direitistas que se somam ao “processo de mudança” para “viver bem”, enquanto os famintos continuam com o estômago colado nas costas.

Inicia o desmoronamento de um governo que pensava ficar no Palácio Quemado 50 anos para construir o “socialismo do século XXI”.

A tarefa agora é canalizar esse processo para a perspectiva da luta pela revolução social, que coloque fim às bases dessa sociedade opressora: a propriedade privada burguesa e imperialista, isto é, o poder econômico dos ricos nativos e dos opressores estrangeiros, e instaurar o governo operário e camponês, assentado na propriedade social dos meios de produção.